

ELETRA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Relatório do auditor independente sobre as
demonstrações contábeis

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro
de 2020.



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de QR Code para acessar o conteúdo da imagem.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

**Srs. Membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho Deliberativo da
ELETRA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
Goiânia – GO**

Opinião

Reexaminamos as demonstrações contábeis da **ELETRA - Fundação de Previdência Privada (“Entidade”)**, que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Entidade aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8) em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas do plano para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Entidade e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2020 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Incerteza de continuidade em Investimentos relevantes

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 5.C - Realizável dos Investimentos (Planos Previdenciais e PGA), referente aos investimentos FIP Industrial Parks, com saldo de R\$ 4.154 mil (Celgprev, com primeiro aporte em 19 de novembro de 2012) e R\$ 285 mil (Eletra 01, com primeiro aporte em 19 de novembro de 2012) e FIP BTG Principal, com saldo de R\$ 3.985 mil (Celgprev, com primeiro aporte em 21 de junho de 2011) e R\$ 2.174 mil (Eletra 01, com primeiro aporte em 04 de agosto de 2014 em ambos os planos), em 31 de dezembro de 2020. Conforme Nota Explicativa nº 5.C e nº 6, o FIP Industrial Parks, em assembleia em outubro de 2020, aprovou a prorrogação do prazo de duração do fundo para até 19 de novembro de 2021. Também em outubro, foi concluído o processo de substituição do administrador do fundo, com a transferência da administração, custódia e controladoria do Fundo para a Lions Trust e seus prestadores. O Fundo continua contabilizando prejuízos, desde o início de suas operações, apesar de apresentar uma variação positiva em 2020. De acordo com a Nota Explicativa nº 5.C e nº 7 o FIP BTG Principal, em Assembleia Geral de Cotistas do dia 18 de novembro de 2020, deliberou a prorrogação do prazo de duração do fundo até 08 de dezembro de 2021. No ano de 2020, apesar da pandemia e da incerteza fiscal, a avaliação do Fundo melhorou significativamente, impulsionada pela valorização do UOL, enquanto a Bodytech e a CCRR permanecem estáveis. Observa-se, ainda, uma recuperação sutil e abaixo do esperado, porém, a gestão tem reforçado de forma recorrente os melhores esforços para que, nos próximos meses, se concretize a saída das empresas investidas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Reapresentação das Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2020

Chamamos atenção à nota explicativa n.º 2.1 - Reapresentação das Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2020, que foram alteradas e estão sendo reapresentadas para ajustes de erros nos números apresentados nos quadros Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidado), Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - Plano CELGREV e Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - Plano ELETRA1. Os erros foram decorrentes de arrendamento dos valores, de sinal e de soma das linhas totalizadoras, nos referidos quadros. Em 18 de março de 2021 emitimos relatório de auditoria sem modificação, com ênfase quanto à incerteza de continuidade em investimentos relevantes, mesmo parágrafo de ênfase acima, sobre as demonstrações contábeis da ELETRA - Fundação de Previdência Privada, portanto, nosso novo relatório, que substitui o anterior, não contém modificação sobre esse assunto.



Russell Bedford

taking you further

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de setembro de 2021.

RUSSELL BEDFORD BRASIL
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/0-O "T" SP

ROGER MACIEL DE Assinado de forma digital por
OLIVEIRA:9023843 ROGER MACIEL DE
5091 OLIVEIRA:90238435091
Dados: 2021.09.17 10:21:50
-03'00'

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico



ELETRA - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

I - BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(EM R\$ MIL)

ATIVO	Nota	31/12/2020	31/12/2019	PASSIVO	Nota	31/12/2020	31/12/2019
DISPONÍVEL	4	102	3.383	EXIGÍVEL OPERACIONAL		2.374	2.383
				Gestão Previdencial	6	1.899	1.921
REALIZÁVEL	5	760.485	771.824	Gestão Administrativa	7	469	461
Gestão Previdencial	5 A	3.207	25.518	Investimentos	8	6	1
Gestão Administrativa	5 B	2.855	2.689				
Investimentos		754.424	743.617	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	9	10.412	9.692
Títulos Públicos	5 C	239.207	228.605	Gestão Previdencial		8.001	7.293
Créditos Privados e Depósitos	5 C	2.338	62.222	Gestão Administrativa		2.411	2.399
Fundos de Investimentos	5 C	486.333	417.088				
Investimentos Imobiliários	5 C-1	18.359	23.363	PATRIMÔNIO SOCIAL	10	747.880	763.257
Empréstimos	5 C	8.187	12.339	Patrimônio de Cobertura do Plano		701.273	717.702
				Provisões Matemáticas		764.231	745.593
				Benefícios Concedidos		586.790	578.028
				Benefícios a conceder		184.408	167.575
				(-) Provisões Matemáticas a Constituir		(6.967)	(10)
				Equilíbrio Técnico	11	(62.958)	(27.891)
				Resultados Realizados		(62.958)	(27.891)
PERMANENTE	5 D	79	125	(-) Déficit Técnico Acumulado	11 A	(62.958)	(27.891)
				Fundos		46.607	45.555
				Fundos Previdenciais	12 A-1	37.158	34.708
				Fundos Administrativos	12 A-2	8.492	9.758
				Fundos dos Investimentos	12 A-3	957	1.089
TOTAL DO ATIVO		<u>760.666</u>	<u>775.332</u>	TOTAL DO PASSIVO		<u>760.666</u>	<u>775.332</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



**II - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL - CONSOLIDADO
(EM R\$ MIL)**

Descrição	EXERCÍCIO 2020	EXERCÍCIO 2019	Variação (%)
A) Patrimônio Social – Início do Exercício	763.257	752.505	1,43%
1. Adições	47.657	92.604	(48,54%)
(+) Contribuições Previdenciais	20.181	23.518	(14,19%)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial	24.514	64.137	(61,78%)
(+) Reversão Líquida de Contingências – Gestão Previdencial	-	991	0,00%
(+) Receitas Administrativas	2.723	3.464	(21,40%)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Administrativa	239	494	(51,72%)
(+) Constituição de Fundos de Investimentos	-	-	0,00%
2. Destinações	(63.034)	(81.852)	(22,99%)
(-) Benefícios	(57.942)	(76.763)	(24,52%)
(-) Constituição Líquida de Contingências – Gestão Previdencial	(733)	-	0,00%
(-) Despesas Administrativas	(4.178)	(4.951)	(15,61%)
(-) Reversão de Fundos de Investimentos	(132)	(135)	(2,15%)
(-) Constituição Líquida de Contingências – Gestão Administrativa	(49)	(3)	1.776,88%
3. Acréscimo / Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	(15.377)	10.752	(243,02%)
(+/-) Provisões Matemáticas	18.638	7.568	146,26%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(35.067)	(4.884)	618,07%
(+/-) Fundos Previdenciais	2.450	9.197	(73,36%)
(+/-) Fundos Administrativos	(1.266)	(995)	27,20%
(+/-) Fundos dos Investimentos	(132)	(134)	(2,25%)
B) Patrimônio Social – Final do Exercício (A+3)	747.880	763.257	(2,01%)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



III - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – PLANO ELETRA 1
(Em R\$ MIL)

Descrição	EXERCÍCIO 2020	EXERCÍCIO 2019	Varição (%)
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	76.668	77.731	(1,37%)
1. Adições	3.188	6.656	(52,10%)
(+) Contribuições	362	559	(35,22%)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	2.826	6.097	(53,65%)
2. Destinações	(8.078)	(7.719)	4,65%
(-) Benefícios	(7.954)	(7.586)	4,86%
(-) Constituição Líquida de Contingências – Gestão Previdencial	(82)	(93)	(11,94%)
(-) Custeio Administrativo	(42)	(40)	4,61%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	(4.890)	(1.063)	360,01%
(+/-) Provisões Matemáticas	(990)	3.197	(130,98%)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(3.900)	(4.260)	(8,45%)
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)	71.778	76.668	(6,38%)
C) Fundos não Previdenciais	(20)	(42)	(51,88%)
(+/-) Fundos Administrativos	(24)	(5)	392,54%
(+/-) Fundos dos Investimentos	4	(37)	(111,06%)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



III - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – PLANO CELGPREV
(Em R\$ MIL)

Descrição	EXERCÍCIO 2020	EXERCÍCIO 2019	Variação (%)
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	675.741	662.796	1,95%
1. Adições	44.230	84.472	(47,64%)
(+) Contribuições	22.542	25.348	(11,07%)
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	21.688	58.040	(62,63%)
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	1.084	0,00%
2. Destinações	(53.320)	(71.527)	(25,46%)
(-) Benefícios	(49.987)	(69.178)	(27,74%)
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(652)	-	0,00%
(-) Custeio Administrativo	(2.681)	(2.349)	14,12%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	(9.089)	12.945	(170,21%)
(+/-) Provisões Matemáticas	19.629	4.372	349,01%
(+/-) Fundos Previdenciais	2.450	9.197	(73,36%)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(31.168)	(624)	4.898,61%
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)	666.652	675.741	(1,35%)
C) Fundos não Previdenciais	(1.378)	(1.087)	26,82%
(+/-) Fundos Administrativos	(1.242)	(990)	25,48%
(+/-) Fundos dos Investimentos	(136)	(97)	40,61%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



**IV - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO CELGPREV
(EM R\$ MIL)**

Descrição	EXERCÍCIO 2020	EXERCÍCIO 2019	Variação (%)
1. Ativos	684.075	693.932	(1,42%)
Disponível	91	3.051	(97,01%)
Recebível	10.960	32.739	(66,52%)
Investimento	673.024	658.142	2,26%
Títulos Públicos	208.275	198.964	4,68%
Créditos Privados e Depósitos	2.338	62.222	(96,24%)
Fundos de Investimentos	438.633	365.340	20,06%
Investimentos Imobiliários	16.342	20.389	(19,85%)
Empréstimos e Financiamentos	7.436	11.227	(33,77%)
2. Obrigações	8.775	8.165	7,47%
Operacional	1.573	1.603	(1,91%)
Contingencial	7.202	6.562	9,76%
3. Fundos Não Previdenciais	8.648	10.025	(13,74%)
Fundos Administrativos	7.753	8.994	(13,80%)
Fundos dos Investimentos	895	1.031	(13,18%)
5. Ativo Líquido (1-2-3)	666.652	675.742	(1,35%)
Provisões Matemáticas	680.274	660.645	2,97%
Superávit/Déficit Técnico	(50.780)	(19.612)	158,93%
Fundos Previdenciais	37.158	34.708	7,06%
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	(50.780)	(19.612)	158,93%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	12.944	10.033	29,02%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	(37.836)	(9.579)	295,01%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



IV - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO ELETRA1
(EM R\$ MIL)

Descrição	EXERCÍCIO 2020	EXERCÍCIO 2019	Variação (%)
1. Ativos	73.712	78.539	(6,15%)
Disponível	5	274	(98,00%)
Receível	739	2.536	(70,85%)
Investimento	72.967	75.729	(3,65%)
Títulos Públicos	30.932	29.640	4,36%
Fundos de Investimentos	39.267	42.001	(6,51%)
Investimentos Imobiliários	2.017	2.975	(32,20%)
Empréstimos e Financiamentos	751	1.113	(32,48%)
2. Obrigações	1.132	1.049	7,87%
Operacional	333	318	4,66%
Contingencial	799	731	9,27%
3. Fundos Não Previdenciais	802	822	(2,47%)
Fundos Administrativos	739	764	(3,19%)
Fundos dos Investimentos	63	58	8,59%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	71.778	76.668	(6,38%)
Provisões Matemáticas	83.957	84.947	(1,17%)
Superávit/Déficit Técnico	(12.179)	(8.279)	47,11%
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	(12.179)	(8.279)	47,11%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	3.368	2.254	49,40%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	(8.811)	(6.025)	46,25%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



ELETRA - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

V - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (CONSOLIDADO)
(EM R\$ MIL)

Descrição	EXERCÍCIO 2020	EXERCÍCIO 2019	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	9.758	10.753	(9,26%)
1. Custeio da Gestão Administrativa	2.962	3.959	(25,18%)
1.1. Receitas	2.962	3.959	(25,18%)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	2.723	2.390	13,96%
Custeio Administrativo dos Investimentos	-	1.028	0,00%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	-	27	0,00%
Resultado Positivo dos Investimentos	239	494	(51,72%)
Outras Receitas	-	20	0,00%
2. Despesas Administrativas	(4.178)	(4.951)	(15,62%)
2.1. Administração Previdencial	(3.538)	(4.043)	(12,50%)
Pessoal e Encargos	(2.049)	(2.133)	(3,98%)
Treinamentos/Congressos e Seminários	(10)	(21)	(54,49%)
Viagens e Estadias	(26)	(41)	(37,08%)
Serviços de Terceiros	(784)	(1.004)	(21,85%)
Despesas Gerais	(418)	(529)	(20,95%)
Depreciações e Amortizações	(46)	(68)	(32,76%)
Tributos	(205)	(247)	(17,12%)
2.2. Administração dos Investimentos	(640)	(908)	(29,51%)
Pessoal e Encargos	(582)	(822)	(29,17%)
Serviços de Terceiros	(58)	(86)	(32,70%)
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	(49)	(3)	1.533,33%
6. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	(1.266)	(995)	27,18%
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	(1.266)	(995)	27,18%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)	8.492	9.758	(12,97%)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



**VI - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PLANO CELGREV
(EM R\$ MIL)**

Descrição	EXERCÍCIO 2020	EXERCÍCIO 2019	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	8.994	9.984	(9,92%)
1. Custeio da Gestão Administrativa	2.911	3.875	(24,89%)
1.1. Receitas	2.911	3.875	(24,89%)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	2.681	2.349	14,12%
Custeio Administrativo dos Investimentos	-	1.028	0,00%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	-	27	0,00%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	230	452	(49,20%)
Outras Receitas	-	19	0,00%
2. Despesas Administrativas	(4.102)	(4.862)	(15,63%)
2.1. Administração Previdencial	(3.472)	(3.969)	(12,52%)
2.1.1. Despesas Comuns	(3.472)	(3.909)	(11,18%)
2.1.2. Despesas Específicas	-	(60)	0,00%
Outras Despesas	-	(60)	0,00%
2.2. Administração de Investimentos	(630)	(893)	(29,42%)
2.2.1. Despesas Comuns	(630)	(893)	(29,42%)
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	(50)	(3)	1.566,67%
6. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	(1.241)	(990)	25,38%
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	(1.241)	(990)	25,38%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)	7.753	8.994	(13,80%)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



VI - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PLANO ELETRA1
(EM R\$ MIL)

Descrição	EXERCÍCIO 2020	EXERCÍCIO 2019	Varição (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	763	768	(0,64%)
1. Custeio da Gestão Administrativa	51	84	(38,70%)
1.1. Receitas	51	84	(38,70%)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	42	41	4,61%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	-	1	0,00%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	9	42	(78,78%)
2. Despesas Administrativas	(76)	(89)	(14,06%)
2.1. Administração Previdencial	(66)	(74)	(9,76%)
2.1.1. Despesas Comuns	(66)	(69)	(3,34%)
2.1.2. Despesas Específicas	-	(5)	0,00%
Outras Despesas	-	(5)	0,00%
2.2. Administração de Investimentos	(10)	(15)	(34,88%)
2.2.1. Despesas Comuns	(10)	(15)	(34,88%)
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	1	-	0,00%
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	(25)	(5)	407,66%
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	(25)	(5)	407,66%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)	739	763	(3,19%)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



VII - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS – CELGPREV
(EM R\$ MIL)

Descrição	EXERCÍCIO 2020	EXERCÍCIO 2019	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	676.322	684.937	(1,26%)
1. Provisões Matemáticas	680.274	660.645	2,97%
1.1. Benefícios Concedidos	495.872	493.081	0,57%
Benefício Definido	495.872	493.081	0,57%
1.2. Benefícios a conceder	184.408	167.575	10,04%
Contribuição Definida	183.651	166.708	10,16%
Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es) / Instituidor(es)	91.676	83.313	10,04%
Saldo de Contas - Parcela Participantes	91.975	83.395	10,29%
Benefício Definido	757	867	(12,73%)
1.3. (-) Provisões Matemáticas a constituir	(6)	(11)	(41,08%)
(-) Serviço Passado	(6)	(11)	(41,08%)
(-) Participantes	(6)	(11)	(41,08%)
2. Equilíbrio Técnico	(50.780)	(19.612)	158,93%
2.1. Resultados Realizados	(50.780)	(19.612)	158,93%
(-) Déficit Técnico Acumulado	(50.780)	(19.612)	158,93%
3. Fundos	38.053	35.739	6,47%
3.1. Fundos Previdenciais	37.158	34.708	7,06%
3.2. Fundos dos Investimentos – Gestão Previdencial	895	1.031	(13,18%)
4. Exigível Operacional	1.573	1.603	(1,91%)
4.1. Gestão Previdencial	1.567	1.602	(2,26%)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	6	1	1.067,96%
5. Exigível Contingencial	7.202	6.562	9,76%
5.1. Gestão Previdencial	7.202	6.562	9,76%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



**VII - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS - ELETRA1
(EM R\$ MIL)**

Descrição	EXERCÍCIO 2020	EXERCÍCIO 2019	Varição (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	72.972	77.776	(6,18%)
1. Provisões Matemáticas	83.957	84.947	(1,17%)
1.1. Benefícios Concedidos	90.918	84.947	7,03%
Benefício Definido	90.918	84.947	7,03%
1.3. (-) Provisões Matemáticas a constituir	(6.961)	-	0,00%
(-) Serviço Passado	(6.961)	-	0,00%
(-) Participantes	(6.961)	-	0,00%
2. Equilíbrio Técnico	(12.179)	(8.279)	47,11%
2.1. Resultados Realizados	(12.179)	(8.279)	47,11%
(-) Déficit Técnico Acumulado	(12.179)	(8.279)	47,11%
3. Fundos	62	58	6,88%
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	62	58	6,88%
4. Exigível Operacional	333	319	4,66%
4.1. Gestão Previdencial	333	319	4,66%
5. Exigível Contingencial	799	731	9,27%
5.1. Gestão Previdencial	799	731	9,27%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A. Constituição

A ELETRA - Fundação de Previdência Privada é uma pessoa jurídica de direito privado de fins não lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, enquadrando-se como entidade fechada de previdência complementar, instituída pela Portaria n. 2.342, de 27 de novembro de 1980, do Ministério da Previdência Social - MPS e tem por objetivo instituir e operar planos privados de concessão de rendas ou de pecúlios, de benefícios complementares ou assemelhados da previdência oficial, aos empregados e seus grupos familiares ou àqueles que a estes se assemelhem, vinculados às patrocinadoras da Entidade, mediante contribuições de seus participantes, das respectivas patrocinadoras ou de ambos, na forma que dispuserem os respectivos regulamentos dos Planos de Benefícios e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos, que devem obedecer ao disposto na Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) n. 4.661, de 25 de maio de 2018 e posteriores alterações.

Naquela condição, encontra-se submetida às Leis Complementares 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001, bem como às suas alterações e demais regulamentações posteriores. Por decorrência, obedece às normas e instruções emanadas das disposições do Ministério da Previdência Social (MPS), por meio do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

B. Planos de Benefícios

Para a consecução de seus objetivos e em complementação às contribuições dos participantes, as patrocinadoras efetuam contribuições de acordo com percentual determinado segundo o plano de custeio. O custeio dos planos de benefícios da Fundação, que se enquadram nas modalidades Benefício Definido e Contribuição Variável, estão a

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



cargo das patrocinadoras e dos participantes que aderiram aos planos de benefícios administrados pela ELETRA, cabendo a eles as respectivas contribuições paritárias, definidas atuarialmente.

B.1. Plano de Benefícios Eletra 1 - CNPB n. 1980002347

Participam deste Plano de Benefício Definido aqueles que já detinham a condição de participante da ELETRA até a criação do Plano Celgprev. Este Plano foi instituído em 1980, no início das atividades da ELETRA e está em extinção, ou seja, foi fechado para novas adesões e continua mantido apenas para os Assistidos.

A ELETRA possuía, na data de 31 de dezembro de 2020, em seu Plano de Benefício Definido, o seguinte quantitativo de participantes assistidos:

Plano Eletra1 – BD	2020	2019
Aposentados	97	99
Pensionistas	28	28
Total	125	127
Idade Média Participantes Plano Eletra1 - BD		
Aposentados		74,76
Pensionistas		70,50

B.2. Plano de Benefícios CELGPREV - CNPB n. 2000006965

Plano de Contribuição Variável (Contribuição Definida para os benefícios programados e Benefício Definido para os benefícios de risco), instituído pela CELG e pela ELETRA para os funcionários que ingressaram na CELG, a partir de 2001 e para aqueles que migraram do Plano Eletra 1.

Seu Regulamento foi analisado, nos termos da Instrução Previc n. 4 de 26/08/2011, e aprovado em 02 de junho de 2014 pela PREVIC.

A ELETRA possuía, na data de 31 de dezembro de 2020, em seu Plano de Contribuição Variável, o seguinte quantitativo de participantes ativos e assistidos:

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



Plano Celgprev – CV	2020	2019
Ativos	1.074	1.110
Autopatrocinaados/BPD	9	10
Aposentados	773	806
Pensionistas	391	387
Total	2.247	2.313
Idade Média Participantes Plano Celgprev - CV		
Ativos/Autopatrocinaados/BPD		49,66
Aposentados		71,44
Pensionistas		70,99

Os benefícios abrangidos pelos planos da ELETRA são os seguintes:

- Suplementação de aposentadoria por tempo de serviço ou contribuição;
- Suplementação de aposentadoria por invalidez;
- Suplementação de aposentadoria por idade;
- Suplementação de aposentadoria especial;
- Suplementação de aposentadoria proporcional;
- Suplementação de pensão e
- Abono anual.

B.3. Plano de Gestão Administrativa - PGA

Instituído em janeiro de 2010, nos termos das Resoluções CGPC n. 28, de 26 de janeiro de 2009 e CGPC n. 29, de 31 de agosto de 2009, com o objetivo de registrar as atividades referentes à gestão administrativa da EFPC, na forma do seu Regulamento. A Resolução CGPC n. 28, de 26 de janeiro de 2009, foi revogada pela Resolução CNPC n. 08, de 31 de outubro de 2011, e ainda, alterada pela Resolução CNPC n. 12, de 19 de agosto de 2013.

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



C. Patrocinadoras / Participantes / Planos de Benefícios da Fundação

Os planos de benefícios da ELETRA, denominados Celgprev (CV) e Eletra 1 (BD) são patrocinados por:

- CELG D - Celg Distribuição S.A. (ENEL Distribuição Goiás);
- CELG GT - Celg Geração e Transmissão S.A.;
- CELGPAR - Companhia Celg de Participações;
- Pela própria ELETRA, que patrocina seus empregados; e
- VIVACOM Planos de Saúde.

Os participantes dos planos de benefícios administrados pela Entidade compreendem os empregados, ex-empregados das patrocinadoras e demais beneficiários inscritos nos mesmos, em conformidade com os regulamentos de cada plano.

A escrituração contábil da Entidade é realizada de forma a segregar os bens, direitos e obrigações de cada plano de benefício. A mesma utiliza o Plano de Gestão Administrativa - PGA para registro de todas as operações de gestão administrativa dos seus planos de benefícios, segregando, também, o PGA por plano de benefício.

A estrutura de gestão dos investimentos é realizada internamente pela própria Entidade, e ainda, por intermédio de gestores contratados, conforme definido na sua política de investimentos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo CNPC e pela PREVIC. Essas diretrizes não requerem a divulgação, em separado, de ativos e passivos em circulantes e não circulantes.

A moeda funcional e de apresentação destas demonstrações contábeis é o Real (R\$). Essa é a moeda do principal ambiente econômico em que a ELETRA opera, bem como os valores apresentados nas demonstrações contábeis estão arredondados em milhares de reais.

A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo de suas atividades. A apresentação de Ativos e Passivos é composta da gestão previdencial e administrativa e do fluxo dos investimentos,

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



o que proporciona informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante.

Essa sistemática exigida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em duas gestões distintas (Previdencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações.

As estimativas contábeis foram baseadas no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis, cuja metodologia adotada envolve, normalmente, fatores objetivos e subjetivos.

Itens significativos, sujeitos a estas estimativas e premissas, são a avaliação da carteira de investimentos, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, a provisão para demandas judiciais, os ativos e passivos relacionados a participantes e patrocinadores e os cálculos atuariais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá, eventualmente, resultar em valores diferentes daqueles provisionados. Visando um acompanhamento permanente destas estimativas, a Fundação revisa, pelo menos anualmente, as metodologias e premissas inerentes, ou ainda, conforme cada caso.

Todas as informações aqui descritas tratam sempre das Demonstrações Contábeis Consolidadas, exceto quando se fizerem necessárias, e neste caso, estão referenciadas aos planos.

Os registros contábeis são segregados por balancetes dos Planos de Benefícios Previdenciais, balancetes dos Planos de Gestão Administrativa, balancete Auxiliar (utilizado para efetuar a consolidação das demonstrações contábeis) e balancete Consolidado, respeitando a autonomia patrimonial dos planos de benefícios de forma a identificar, separadamente, os planos de benefícios previdenciais, bem como o plano de gestão administrativa, para assegurar um conjunto de informações consistentes e transparentes.

As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela Administração em 14 de setembro de 2021. Informamos que não há nenhum fato conhecido de evento subsequente.

2.1. Reapresentação das Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2020

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



Após a publicação das Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Administração da Fundação identificou erro nos números apresentados nos quadros Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidado), Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - Plano CELGREV e Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - Plano ELETRA1.

Os erros foram decorrentes de arredondamento dos valores, de sinal e de soma das linhas totalizadoras, nos quadros mencionados acima. Os ajustes estão apresentados abaixo, com o detalhamento das linhas dos quadros.

Na divulgação das demonstrações contábeis de encerramento do exercício 2020 referente à Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidado), no que se refere à linha Constituição/Reversão de Contingências Administrativas, houve erro no valor apresentado anteriormente, devido as correções nas Demonstrações do Plano de Gestão Administrativa do Plano Celgprev e Eletra 1 e, não impactaram em qualquer mudança de registro contábil. Segue abaixo o ajuste decorrente da reapresentação:

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49

**V - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (CONSOLIDADO)**
(EM R\$ MIL)

Descrição	EXERCÍCIO 2020	AJUSTE	EXERCÍCIO 2020 (Reapresentado)	EXERCÍCIO 2019	Varição (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	9.758		9.758	10.753	(9,26%)
1. Custeio da Gestão Administrativa	2.962		2.962	3.959	(25,18%)
1.1. Receitas	2.962		2.962	3.959	(25,18%)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	2.723		2.723	2.390	13,96%
Custeio Administrativo dos Investimentos	-		-	1.028	0,00%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	-		-	27	0,00%
Resultado Positivo dos Investimentos	239		239	494	(51,72%)
Outras Receitas	-		-	20	0,00%
2. Despesas Administrativas	(4.178)		(4.178)	(4.951)	(15,62%)
2.1. Administração Previdencial	(3.538)		(3.538)	(4.043)	(12,50%)
Pessoal e Encargos	(2.049)		(2.049)	(2.133)	(3,98%)
Treinamentos/Congressos e Seminários	(10)		(10)	(21)	(54,49%)
Viagens e Estadias	(26)		(26)	(41)	(37,08%)
Serviços de Terceiros	(784)		(784)	(1.004)	(21,85%)
Despesas Gerais	(418)		(418)	(529)	(20,95%)
Depreciações e Amortizações	(46)		(46)	(68)	(32,76%)
Tributos	(205)		(205)	(247)	(17,12%)
2.2. Administração dos Investimentos	(640)		(640)	(908)	(29,51%)
Pessoal e Encargos	(582)		(582)	(822)	(29,17%)
Serviços de Terceiros	(58)		(58)	(86)	(32,70%)
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	(50)	1	(49)	(3)	1533,33%
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	(1.266)		(1.266)	(995)	27,18%
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	(1.266)		(1.266)	(995)	27,18%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)	8.492		8.492	9.758	(12,97%)

Da mesma forma, na divulgação das demonstrações contábeis de encerramento do exercício 2020 referente à Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – Plano Celgprev, no que se refere às linhas Despesas Administrativas; Administração Previdencial; Despesas Comuns; Constituição/Reversão de Contingências Administrativas e Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa, houve erro nos valores apresentados anteriormente, devido as correções que se fizeram necessárias na mesma e, não impactaram em qualquer mudança de registro contábil. Seguem abaixo os ajustes decorrentes da reapresentação:

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



VI - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PLANO CELGREV
(EM R\$ MIL)

Descrição	EXERCÍCIO 2020	AJUSTE	EXERCÍCIO 2020 (Reapresentado)	EXERCÍCIO 2019	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	8.994		8.994	9.984	(9,92%)
1. Custeio da Gestão Administrativa	2.911		2.911	3.875	(24,89%)
1.1. Receitas	2.911		2.911	3.875	(24,89%)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	2.681		2.681	2.349	14,12%
Custeio Administrativo dos Investimentos	-		-	1.028	0,00%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	-		-	27	0,00%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	230		230	452	(49,20%)
Outras Receitas	-		-	19	0,00%
2. Despesas Administrativas	(4.732)	(630)	(4.102)	(4.862)	(15,63%)
2.1. Administração Previdencial	(4.102)	(630)	(3.472)	(3.969)	(12,52%)
2.1.1. Despesas Comuns	(4.102)	(630)	(3.472)	(3.909)	(11,18%)
2.1.2. Despesas Específicas	-		-	(60)	0,00%
Outras Despesas	-		-	(60)	0,00%
2.2. Administração de Investimentos	(630)		(630)	(893)	(29,42%)
2.2.1. Despesas Comuns	(630)		(630)	(893)	(29,42%)
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	50	(100)	(50)	(3)	1.566,67%
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	(1.771)	530	(1.241)	(990)	25,38%
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	(1.241)		(1.241)	(990)	25,38%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)	7.753		7.753	8.994	(13,80%)

Na divulgação das demonstrações contábeis de encerramento do exercício 2020 referente à Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – Plano Eletra 1, no que se refere às linhas Constituição/Reversão de Contingências Administrativas e Constituição/Reversão do Fundo Administrativo, houve erro nos valores apresentados anteriormente, devido as correções que se fizeram necessárias na mesma e, não impactaram em qualquer mudança de registro contábil. Seguem abaixo os ajustes decorrentes da reapresentação:

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49

**VI - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PLANO ELETRA1
(EM R\$ MIL)**

Descrição	EXERCÍCIO 2020	AJUSTE	EXERCÍCIO 2020 (Reapresentado)	EXERCÍCIO 2019	Varição (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	763		763	768	-0,64%
1. Custeio da Gestão Administrativa	51		51	84	-38,70%
1.1. Receitas	51		51	84	-38,70%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	42		42	41	4,61%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	-		-	1	0,00%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	9		9	42	-78,78%
2. Despesas Administrativas	(76)		(76)	(89)	-14,06%
2.1. Administração Previdencial	(66)		(66)	(74)	-9,76%
2.1.1. Despesas Comuns	(66)		(66)	(69)	-3,34%
2.1.2. Despesas Específicas	-		-	(5)	0,00%
Outras Despesas	-		-	(5)	0,00%
2.2. Administração de Investimentos	(10)		(10)	(15)	-34,88%
2.2.1. Despesas Comuns	(10)		(10)	(15)	-34,88%
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	(1)	2	1	-	0,00%
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	(25)		(25)	(5)	407,66%
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	(24)	(1)	(25)	(5)	407,66%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)	739		739	763	-3,19%

2.2. Estrutura Contábil**Gestões e Investimentos**

Na estrutura contábil vigente, os segmentos operacionais necessários à administração das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC são denominados: Gestão Previdencial, Gestão Administrativa e Investimentos.

No caso da ELETRA, os segmentos operacionais utilizados são: Previdencial, Administrativo e de Investimentos. Esses segmentos operacionais estão presentes nas demonstrações contábeis dos planos de benefícios e no Plano de Gestão Administrativa - PGA. Suas funções são as seguintes:

Gestão Previdencial: congrega todas as atividades previdenciais da Entidade, como recebimento de contribuições, pagamento de benefícios e constituição das provisões matemáticas.

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



Gestão Administrativa: funciona como uma entidade prestadora de serviços administrativos, tendo como usuários os planos de benefícios administrados pela Fundação. É responsável pela administração plena da Entidade, coordenando todo seu funcionamento.

Investimentos: destinado ao gerenciamento das aplicações financeiras dos recursos dos planos de benefícios administrados pela Entidade.

Os planos de benefícios e o Plano de Gestão Administrativa - PGA registram suas mutações patrimoniais e de resultado, utilizando-se dos seguintes segmentos operacionais:

Planos de Benefícios Previdenciais: Gestão Previdencial e de Investimentos;

Plano de Gestão Administrativa: Gestão Administrativa e de Investimentos.

Nas demonstrações consolidadas são apresentados os elementos patrimoniais e de resultado de todos os segmentos operacionais.

2.3. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é constituído por ativo, passivo e patrimônio social, sendo que:

Ativo

O ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade.

Ativo Disponível

Registra as disponibilidades existentes em caixa e bancos.

Ativo Realizável

O grupo realizável nas gestões Previdencial e Administrativa registra os direitos normais dessas atividades e, no Investimento, abriga todas as aplicações dos recursos em nome da Entidade, bem como os acréscimos ou decréscimos inerentes a valorizações ou desvalorizações de tais operações, sem distinção de prazos de aplicação.

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



Ativo Permanente

É composto pelos ativos imobilizado, intangível e diferido, registrado pelo custo aquisição, sendo os valores residuais e a vida útil econômica.

Passivo

O passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.

Passivo Exigível Operacional

O grupo passivo, exigível operacional, é subdividido por segmentos operacionais de Gestão Previdencial, Gestão Administrativa e de Investimentos. Esse grupo registra as obrigações decorrentes das operações dos planos de benefícios e do PGA.

Passivo Exigível Contingencial

O grupo passivo, exigível contingencial, é subdividido nos segmentos operacionais de Gestão Previdencial, Gestão Administrativa e de Investimentos, o qual registra a ocorrência de fatos nas áreas mencionadas, que serão impactados e dependerão de decisões futuras, podendo ou não gerar desembolso.

Patrimônio Social

O patrimônio social compreende o patrimônio de cobertura do plano e os fundos segregados em previdenciais, administrativos e de investimentos.

Patrimônio de Cobertura do Plano

Provisões Matemáticas

Corresponde ao valor presente dos benefícios futuros líquidos das contribuições futuras dos planos de benefícios. Foram realizadas por pessoas jurídicas legalmente habilitadas, por meio de avaliações atuariais para todos os planos de Benefícios Previdenciais e os resultados estão contabilizados no balanço patrimonial.

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



Equilíbrio Técnico

Registra o excedente ou necessidade patrimonial em relação aos compromissos totais dos planos de benefícios.

Fundos Previdenciais e Não Previdenciais

Gestão Previdencial

Registra os fundos constituídos atuarialmente para atender a Gestão Previdencial dos planos de benefícios e estão divididos nos seguintes grupos:

Fundo Coletivo de Desligamento

Constituído pelas transferências dos saldos referentes às contribuições vertidas pelas Patrocinadoras, existentes nas contas dos Participantes, que tiveram suas cotas prescritas ou que tenham obtido o resgate de suas cotas por motivo de cancelamento de inscrição.

Gestão Administrativa

A ELETRA adota controle individualizado dos fundos administrativos, contabilizados no PGA por plano de benefícios. Portanto, o Fundo Administrativo, constituído para cada plano, representa o resultado da diferença entre os valores aportados de custeio administrativo previdencial, adicionado dos rendimentos de aplicação dos recursos do fundo administrativo e outras receitas previstas no regulamento do PGA, em relação às despesas administrativas apropriadas a cada Plano de Benefício. Conforme determinação legal, ao final de cada mês, a ELETRA registra nas contas “Participação no Plano de Gestão Administrativa” no Ativo e “Participação no Fundo Administrativo do PGA” no Passivo, a participação do plano de benefícios previdenciais no fundo administrativo registrado no PGA.

Investimentos

Composto, exclusivamente, pelo Fundo de Liquidação de Empréstimos, que representa os recursos necessários à cobertura de possíveis perdas por morte dos mutuários, com empréstimos concedidos aos participantes e assistidos dos Planos de Benefícios administrados pela Fundação. Esses fundos são registrados e controlados por plano de benefícios previdenciais.

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



ELETRA - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Em cumprimento às Instruções Previc n. 05, de 03 de setembro de 2018; n. 15, de 12 de novembro de 2014; n. 21, de 23 de março de 2015 e n. 11, de 03 de dezembro de 2018, apresentamos as eliminações de registros entre planos, para fins de consolidação de balanço:

Descrição	Plano Celgprev	Plano Eletra1	PGA	Eliminações	Consolidado
ATIVO	Exercício 2020	Exercício 2020	Exercício 2020	Exercício 2020	Exercício 2020
DISPONÍVEL	91	6	5	-	102
REALIZÁVEL	683.984	73.706	11.287	(8.492)	760.485
Gestão Previdencial	3.207	-	-	-	3.207
Gestão Administrativa	7.753	739	2.855	(8.492)	2.855
Investimentos	673.024	72.967	8.433	-	754.423
Títulos Públicos	208.275	30.932	-	-	239.207
Créditos Privados e Depósitos	2.338	-	-	-	2.338
Fundos de Investimentos	438.633	39.267	8.433	-	486.333
Investimentos Imobiliários	16.342	2.017	-	-	18.359
Empréstimos	7.436	751	-	-	8.187
PERMANENTE	-	-	79	-	79
Imobilizado	-	-	79	-	79
TOTAL DO ATIVO	684.075	73.712	11.371	(8.492)	760.666
PASSIVO	Exercício 2020	Exercício 2020	Exercício 2020	Exercício 2020	Exercício 2020
EXIGÍVEL OPERACIONAL	1.573	333	469	-	2.374
Gestão Previdencial	1.567	333	-	-	1.899
Gestão Administrativa	-	-	469	-	469
Investimentos	6	-	-	-	6
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	7.202	799	2.411	-	10.411
Gestão Previdencial	7.202	799	-	-	8.001
Gestão Administrativa	-	-	2.411	-	2.411
PATRIMÔNIO SOCIAL	675.300	72.580	8.492	(8.492)	747.880
Patrimônio de Cobertura do Plano	629.494	71.778	-	-	701.273
Provisões Matemáticas	680.274	83.957	-	-	764.231
Benefícios Concedidos	495.872	90.918	-	-	586.790
Benefícios a Conceder	184.408	-	-	-	184.408
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(6)	(6.961)	-	-	(6.967)
Equilíbrio Técnico	(50.780)	(12.179)	-	-	(62.958)
Resultados Realizados	(50.780)	(12.179)	-	-	(62.958)
(-) Déficit Técnico Acumulado	(50.780)	(12.179)	-	-	(62.958)
Fundos	45.806	802	8.492	(8.492)	46.608
Fundos Previdenciais	37.158	-	-	-	36.158
Fundos Administrativos	7.753	739	8.492	(8.492)	8.492
Fundos dos Investimentos	895	62	-	-	957
TOTAL DO PASSIVO	684.075	73.712	11.371	(8.492)	760.666

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



2.4. Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS - Consolidada

Destina-se   evidenciac o das alterac es do patrimônio social da Entidade e discrimina:

- Patrimônio Social no início do exercício;
- Adic es e destina es do Patrimônio Social;
- Acréscimos e decréscimos no Patrimônio Social;
- Constitui es ou reversões de fundos previdenciais administrativos e de investimentos; e
- Patrimônio Social no final do exercício.

2.5. Demonstrac o da Muta o do Ativo Líquido Por Plano de Benefícios - DMAL

A Demonstrac o da Muta o do Ativo Líquido (DMAL), por plano de benefícios, destina-se a evidenciar a composi o dos elementos que provocaram as alterac es ocorridas no ativo líquido do plano de benefícios. Seus valores estão expressos em moeda das respectivas datas e incluem:

- Saldo do ativo líquido no início do exercício;
- Adic es do ativo líquido;
- Dedu es do ativo líquido;
- Acréscimos e decréscimos no ativo líquido;
- Saldo do ativo líquido no final do exercício; e
- Valores dos fundos não previdenciais: administrativos e de investimentos.

2.6. Demonstrac o do Ativo Líquido - DAL

O ativo líquido de um plano de benefícios   o valor resultante da subtra o do ativo total dos passivos e dos fundos não previdenciais. Sua apurac o tem como objetivo possibilitar a avalia o do grau de cobertura dos compromissos atuariais do plano, representados pelas provisões matemáticas e dos fundos previdenciais, representados pelo ativo líquido.

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo D as Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



A Demonstração do Ativo Líquido (DAL) destina-se a evidenciar esse grau de cobertura e a evolução dos componentes patrimoniais do plano de benefícios. Seus valores estão expressos em moeda das respectivas datas e incluem:

- Saldos dos grupos de contas do ativo;
- Saldos dos grupos de contas do passivo (operacional e contingencial);
- Saldos dos fundos não previdenciais: administrativos e de investimentos; e
- Saldo do ativo líquido no final do exercício.

2.7. Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA – Consolidada e por Plano

Destina-se a evidenciar a composição dos elementos que provocaram as alterações ocorridas nos fundos administrativos do PGA no seu conjunto, bem como possibilita avaliar a evolução desses elementos e dos referidos fundos. Nela estão representadas todas as contas que compõem a atividade administrativa da EFPC.

Seus valores estão expressos em moeda das respectivas datas e incluem:

- Fundo administrativo do exercício anterior;
- Receitas administrativas do exercício;
- Despesas administrativas segregadas por administrações previdencial, de investimentos, outras, do exercício;
- Resultado negativo/positivo dos investimentos;
- Sobras ou insuficiência da gestão administrativa;
- Constituição ou reversão do fundo administrativo no exercício; e
- Fundo administrativo do exercício atual.

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



2.8. Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT

Destina-se a evidenciar a composição e as alterações do patrimônio de cobertura do plano de benefícios. Essa demonstração visa detalhar os compromissos do plano de benefícios com seus participantes e assistidos, demonstrados pelas provisões matemáticas, bem como a insuficiência ou o excesso de recursos, representados pelo equilíbrio técnico. Seus valores estão expressos em moeda das respectivas datas e incluem:

- Saldo do patrimônio de cobertura do plano no início do exercício;
- Saldos detalhados das provisões matemáticas de benefícios concedidos, provisões matemáticas de benefícios a conceder e provisões matemáticas a constituir; e
- Saldos detalhados do equilíbrio técnico, em resultados realizados e resultados a realizar.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A. Elaboração das Demonstrações Contábeis

As práticas adotadas seguem princípios, métodos e critérios uniformes em relação às Demonstrações Contábeis do exercício social anterior.

As principais práticas contábeis adotadas podem ser assim resumidas:

Apuração do Resultado

O registro dos planos de benefícios e do plano de gestão administrativa é apurado, mensalmente, de acordo com o princípio contábil de competência.

B. Realizável

Os realizáveis previdencial e administrativo são apresentados pelos valores de realização e incluem, quando aplicável, as variações monetárias e os rendimentos proporcionais auferidos.

Gestão Previdencial: constitui-se de recursos a receber, relativos às contribuições para o plano de benefícios, antecipações e contratos de dívidas decorrentes de contribuições em atraso, de serviço passado e de equacionamento de déficit e outros realizáveis.

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



Gestão Administrativa: constitui-se de recursos a receber, relativos às contribuições, doações, dotação inicial e outros realizáveis para a cobertura das despesas administrativas do plano de benefícios.

C. Investimentos

São aplicações em títulos de crédito, valores mobiliários e outros direitos, classificados em títulos públicos, créditos privados e depósitos, ações, fundos de investimento, derivativos, investimentos imobiliários, empréstimos e outros realizáveis.

Os Recursos Garantidores das Provisões Técnicas da Entidade estão aplicados de acordo com o disposto na Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN n. 4.661, de 25 de maio de 2018 e suas alterações, que regulamentam os limites de investimentos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC.

C.1. Renda fixa

As aplicações no mercado financeiro, títulos governamentais, empréstimos a participantes e outros são avaliados ao custo e acrescidos dos rendimentos *pro rata die*, até a data do balanço, calculado conforme a classificação definida abaixo. Considerando as disposições da Resolução CNPC 29, de 13 de abril de 2018 e alterações posteriores, os títulos e valores mobiliários são classificados em:

- *Títulos para negociação*: são aqueles adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição. São avaliados, mensalmente, ao valor de mercado e seus efeitos são reconhecidos em conta específica na demonstração do resultado do exercício; e
- *Títulos mantidos até o vencimento*: são aqueles adquiridos quando a intenção da administração, tendo em vista a capacidade financeira da Entidade, é de manter os referidos títulos em carteira até o vencimento, considerando prazos mínimos de vencimento e classificação de risco do título. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, até a data do balanço.

As aplicações em quotas de fundos de investimentos estão avaliadas e apresentadas pelo valor das quotas desses fundos, na data do balanço.

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



C.2. Renda variável

Os fundos classificados como “renda variável” devem possuir, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) da carteira em ações admitidas à negociação no mercado à vista de bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado ou em outros ativos autorizados na legislação. As aplicações em quotas de fundos de investimentos estão avaliadas e apresentadas pelo valor das quotas desses fundos, que devem refletir o valor de mercado dos ativos na data do balanço.

C.3. Provisão para perdas ou Crédito de Liquidação Duvidosa

Na constituição de provisão para perda são observados os critérios estabelecidos nas Instruções Previc n. 05, de 03 de setembro de 2018; n. 15, de 12 de novembro de 2014 e n. 21, de 23 de março de 2015. A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos é constituída com base no valor vencido, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto na citada Instrução.

Na constituição da provisão de liquidação duvidosa referente aos direitos creditórios, foram adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

- 25% (vinte e cinco por cento) para atrasos entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias;
- 50% (cinquenta por cento) para atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias;
- 75% (setenta e cinco por cento) para atrasos entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias; e
- 100% (cem por cento) para atrasos superiores a 360 (trezentos e sessenta) dias ou análise de risco de crédito.

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, decorrentes de contribuições previdenciais em atraso, incide somente sobre o valor das parcelas vencidas.

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



C.3.1. PDD - Provisão Devedores Duvidosos - CCI Stiebler da SPE S&G EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

Em atendimento à Instrução SPC n. 34, de 24 de setembro de 2009, anexo A, item 11, a Eletra provisionou o valor de R\$ 10.484.383,76 (dez milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil, trezentos e oitenta e três reais e setenta e seis centavos) no Plano Celgprev, em Provisão para Devedores Duvidosos – PDD, dos investimentos realizados em maio de 2011, representando 100% (cem por cento) dos investimentos no referido ativo. O vencimento ocorreu em 17/05/2017.

A operação teve descontinuidade nos negócios, uma vez que os empreendimentos imobiliários não foram construídos, incorrendo em atrasos nos pagamentos das amortizações.

A Eletra, juntamente com os demais investidores das CCIs, iniciou um movimento de tentativa de execução das garantias imobiliárias vinculadas à operação, mas que exigem regularização da parte fiscal e legal.

Demonstrativo Aplicação CCI STIBLER					
Ativo	Plano	Valor Aplicado	Valor Recebido	Valor Provisionado em 31/12/2020	Saldo do Ativo em 31/12/2020
CCI Stiebler	Celgprev	R\$ 5.000.000	R\$ 450.000	R\$ 10.484.373,76	-

C.3.2. PDD - Provisão Devedores Duvidosos - CCI Cesto Participações S/A

Em atendimento à Instrução SPC n. 34, de 24 de setembro de 2009, anexo A, item 11, a Eletra, provisionou o valor R\$ 7.673.479,35 (sete milhões, seiscentos e setenta e três mil, quatrocentos e setenta e nove reais e trinta e cinco centavos), no Plano Celgprev, em Provisão para Devedores Duvidosos – PDD, dos investimentos realizados em maio de 2013, representando 100% (cem por cento) de provisionamento.

Foi contratada assessoria jurídica junto à Junqueira de Carvalho e Murgel, no sentido de promover de ação de execução de título, em que o processo recai sobre o emissor e os fiadores da operação. O ajuizamento ocorreu em fevereiro de 2019 e o processo está para despacho, não tendo havido movimentações no judiciário ao longo do exercício de 2019.

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



Demonstrativo Aplicação CCI CESTO					
Ativo	Plano	Valor Aplicado	Valor Recebido	Valor Provisionado em 31/12/2020	Saldo do Ativo em 31/12/2020
CCI Cesto	Celgprev	R\$ 6.259.000	R\$ 3.557.000	R\$ 7.673.479,35	-

D. Operações com os Patrocinadores

As operações com patrocinadores estão atualizadas até a data do balanço, conforme cláusulas contratuais e regulamentares.

E. Investimentos Imobiliários

Reconhecidos, inicialmente, pelo custo de aquisição ou construção, incluindo honorários, taxas, emolumentos e demais encargos incidentes sobre a operação.

O valor justo dos investimentos imobiliários é obtido por meio de laudos de avaliação, determinado por empresa ou profissional legalmente habilitado.

A depreciação, exceto terrenos e imóveis em construção, é calculada à taxa linear, de acordo com o período de vida útil determinada em laudo de avaliação.

A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos imobiliários (valores a receber) é constituída com base no valor vencido, conforme o número de dias de atraso, atendendo à legislação em vigor.

F. Operações com Participantes

Informamos que as operações com participantes no Plano BD foi suspensa no primeiro semestre de 2019, dada a recomendação atuarial, a qual informou em seu parecer que havia desequilíbrio de recursos financeiros para a cobertura de óbito, incorrendo em riscos financeiros ao plano.

Na sequência, também foi suspensa as operações com participantes no plano CV, uma vez que passa por revisões atuariais e nas regras de concessão, no intuito de mitigar os riscos de crédito e insolvência da carteira.

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



G. Ativo Permanente - Gestão Administrativa

Avaliado pelo custo de aquisição, considera como depreciação aquela calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens, sendo 10% (dez por cento) para móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e 20% (vinte por cento) para veículos, computadores e periféricos.

A Entidade entende que a prática contábil de valorizar os ativos imobilizados pelo custo histórico, deduzido da depreciação, utilizada atualmente, é a prática contábil que melhor representa os seus ativos imobilizados.

As contas do passivo destacam as gestões executadas em operacional e contingencial, conforme demonstrado em seguida.

H. Exigível operacional

É demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos, estando representados pelas obrigações decorrentes de direito a benefícios pelos participantes e obrigações fiscais.

H.1. Gestão Previdencial

Constitui-se de obrigações relativas à folha de pagamentos de benefícios previdenciários dos participantes em gozo de benefícios, tributos pertinentes, compromissos com terceiros e outros.

Os registros contábeis são registrados, com base no Princípio da Competência, em consonância com a Resolução CNPC n. 29, de 13/04/2018, artigo 10º e seus respectivos parágrafos 1º e 2º.

H.2. Gestão Administrativa

Constitui-se de obrigações relativas à gestão administrativa, tais como folha de pagamento de empregados e seus encargos, dívidas decorrentes da prestação de serviços nas áreas contábil, atuarial, financeira, jurídica, tributos e outros.

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



H.3. Investimentos

São obrigações relativas às aplicações de recursos, tais como taxas de custódia, encargos bancários, tributos, liquidações de operação e outros.

I. Exigível contingencial

O reconhecimento, a mensuração e divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuadas de acordo com os critérios definidos na NBC TG 25 (R2). Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes também consideram premissas definidas pela administração da ELETRA, embasadas na avaliação de seus assessores jurídicos.

Os depósitos judiciais têm por finalidade garantir o juízo para discussão de valores que estão em fase de execução, quando a Entidade é ré no processo. Já os recursais, são efetuados somente na Justiça do Trabalho e permitem que a Entidade apresente recurso, caso tenha sido sucumbente na demanda. Ambos são registrados pelos valores depositados, sendo atualizados pela taxa Selic.

J. Patrimônio Social

Classificados, segundo sua expressão qualitativa, em:

I – Patrimônio de cobertura do plano:

- (a) Provisões Matemáticas são valores relativos aos compromissos com participantes, assistidos e beneficiários, segregados em provisões matemáticas de benefícios concedidos, provisões matemáticas de benefícios a conceder e provisões matemáticas a constituir.

As provisões matemáticas dos planos de benefícios são determinadas de duas formas: por saldos de cotas e estimativas atuariais. Seus cálculos são elaborados, pelo atuário externo, Rodarte Consultoria em Estatística e Seguridade Ltda.

Estas provisões definem, ao fim de cada período, os compromissos para pagamentos de benefícios futuros aos participantes e seus beneficiários.

- (b) Equilíbrio Técnico é o resultado apurado, o *superávit* técnico ou o *déficit* técnico.

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



II – Fundos: são valores constituídos com finalidades específicas, de acordo com sua origem previdencial, administrativa e de investimentos.

K. Receitas Administrativas

Atendendo à determinação legal, contida na Resolução CNPC n. 8, de 31 de outubro de 2011, as receitas administrativas da Fundação são debitadas aos Planos Previdenciais, em conformidade com o plano de custeio vigente.

L. Operações Administrativas

Em janeiro de 2010, a ELETRA implantou o novo Plano de Gestão Administrativa, denominado PGA, em conformidade com as Resoluções CGPC ns. 28, de 26 de janeiro de 2009 e 29, de 31 de agosto de 2009. Os registros das operações administrativas são efetuados por meio do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio, segregado dos planos de benefícios previdenciais.

A ELETRA adotou a gestão segregada dos recursos administrativos do PGA, significando que a destinação de sobras das fontes de custeio, em relação aos gastos administrativos, a remuneração dos recursos, bem como a utilização do fundo administrativo será individualizada por plano de benefícios previdenciais, administrado pela Entidade. Desta forma, o Fundo Administrativo foi contabilizado e controlado, em separado, por plano de benefícios, demonstrando suas variações e montantes individuais.

As fontes de custeio para cobertura das despesas administrativas da ELETRA e dos planos por ela geridos poderão ser as seguintes:

- I - Contribuições dos participantes e assistidos, definidas no plano de custeio anual;
- II - Contribuições dos patrocinadores, definidas no plano de custeio anual;
- III - Reembolso dos patrocinadores, caso ocorra;
- IV - Resultado dos investimentos;
- V - Receitas Administrativas;
- VI - Fundo Administrativo;

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



VII - Dotação Inicial;

VIII - Doações; e

IX - Taxa de Administração de empréstimos e financiamentos aos participantes.

As fontes de custeio de cada plano de benefícios gerido pela ELETRA foram definidas pelo Conselho Deliberativo da ELETRA e incluídas no orçamento anual, podendo constar, ainda, no plano anual de custeio definido atuarialmente, respeitando os limites estabelecidos pela legislação vigente.

O limite do custeio administrativo, advindo dos planos de benefícios da ELETRA, será de 1% (um por cento), incidente sobre o montante dos recursos garantidores dos planos de benefícios, no último dia do exercício a que se referir.

M. Do Critério de Rateio das Despesas Administrativas

As despesas administrativas específicas serão alocadas, exclusiva e diretamente, nos planos de benefícios que as originaram, sem nenhuma forma de rateio.

As despesas administrativas comuns foram distribuídas nos planos de benefícios por meio de rateio, utilizando como critério a proporcionalidade da arrecadação de cada plano de benefícios, definida no plano de custeio atuarial.

N. Da Política e Remuneração dos Investimentos do PGA

Os recursos líquidos do PGA foram aplicados, de acordo com a legislação vigente e com a política de investimentos, aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo da ELETRA.

O. Da Movimentação dos Recursos do PGA

O patrimônio do PGA é constituído por sobras de custeio administrativo, adicionado ao rendimento auferido na carteira de investimentos. Seu objetivo será a cobertura de despesas administrativas, a serem realizadas pela ELETRA, na administração dos planos de benefícios, na forma dos seus regulamentos.

Em reunião realizada no dia 18 de dezembro de 2019, foi aprovada pelo Conselho Deliberativo a alteração do Plano de Custeio vigente, tão somente para instituir a cobrança do percentual de 0,96%, a partir de 1º de janeiro de 2020, como contribuição dos assistidos do Plano Celgprev para o custeio administrativo daquele Plano.

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



P. Fundos de Investimentos

Constituem a reserva para garantia de liquidação de empréstimos e para cobertura do saldo devedor dos empréstimos contraídos pelos participantes que vierem a falecer

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Contemplam os numerários em caixa, o saldo em bancos e os investimentos de liquidez imediata, com risco insignificante de mudança de valor. Esses valores estão demonstrados ao custo, acrescidos das remunerações contratadas e reconhecidas, proporcionalmente, até a data das demonstrações contábeis.

	2020	2019
Disponível	102	3.383
Caixa	1	1
Bancos Conta Movimento	101	3.382

Em 30/12/2019, foi recebida a Fatura n. 174/181 no valor de R\$ 3.122.732,41 (três milhões, cento e vinte dois mil, setecentos e trinta e dois reais e quarenta e um centavos), referente ao contrato de dívida SPJU 1527/2000. Por não haver expediente bancário na data de 31/12/2019, o referido saldo da conta movimento ficou elevado, pelo motivo de não termos condições de efetuar a aplicação do mesmo, tendo sido efetivada a alocação em fundos de investimentos, no dia 03/01/2020.

5. REALIZÁVEL

A. Realizável Da Gestão Previdencial

Este grupo contempla o registro das contribuições a receber das patrocinadoras e dos participantes, do mês e em atraso, bem como as contribuições sobre o abono anual de 13º salário das patrocinadoras e dos participantes e as contribuições contratadas.

É composto pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, são apresentados a seguir:

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



	<u>2020</u>	<u>2019</u>
GESTÃO PREVIDENCIAL		
RECURSOS A RECEBER		
CONTRIBUIÇÕES NO MÊS	1.618	1.628
PATROCINADORES	809	814
PARTICIPANTES	809	814
CONTRIBUIÇÕES SOBRE 13º SALÁRIO	1.589	1.592
PATROCINADORES	794	796
PARTICIPANTES	794	796
CONTRIBUIÇÕES CONTRATADAS	=	22.298
SERVIÇO PASSADO CONTRATADO	-	807
OUTRAS CONTRATAÇÕES	-	21.491
	<u>3.207</u>	<u>25.518</u>

As operações contratadas com patrocinadores, sua distribuição e garantias:

Operações Contratadas - Dívida dos Patrocinadores				
Nomenclaturas	Descrições		Descrições	
Plano	Celgprev		Celgprev	
	2020	2019	2020	2019
Tipo de Operação	Outras Contratações	Outras Contratações	Outras Contratações	Outras Contratações
Patrocinadores	Enel	Enel	Celg GT	Celg GT
Nº do Contrato	SPJU 1527	SPJU 1527	SPJU 1527	SPJU 1527
Valor Contratado	158.813	158.813	6.358	6.358
Prazo de Amortização	240 meses	240 meses	240 meses	240 meses
Valor da Parcela	0,00	2.874	0,00	112
Data de Início	31/08/2000	31/08/2000	31/08/2000	31/08/2000
Data de Vencimento	31/07/2020	31/07/2020	31/07/2020	31/07/2020
Taxa de Juros	6% a.a.	6% a.a.	6% a.a.	6% a.a.
Índice de Correção	INPC a.m.	INPC a.m.	INPC a.m.	INPC a.m.
Juros/Multas	1% a.m. 2%	1% a.m. 2%	1% a.m. 2%	1% a.m. 2%
Saldo em Dia	0,00	19.735	0,00	2.026
Saldo Devedor	0,00	19.735	0,00	2.026

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



Operações Contratadas - Dívida dos Patrocinadores				
Nomenclaturas	Descrições		Descrições	
Plano	Eletra01		Eletra01	
	2020	2019	2020	2019
Tipo de Operação	Serviço Passado Contratado	Serviço Passado Contratado	Serviço Passado Contratado	Serviço Passado Contratado
Patrocinadores	Celg D	Celg D	Celg GT	Celg GT
Nº do Contrato	SPJU 1527	SPJU 1527	SPJU 1527	SPJU 1527
Valor Contratado	6.241	6.241	250	250
Prazo de Amortização	240 meses	240 meses	240 meses	240 meses
Valor da Parcela	0,00	113	0,00	5
Data de Início	31/08/2000	31/08/2000	31/08/2000	31/08/2000
Data de Vencimento	31/07/2020	31/07/2020	31/07/2020	31/07/2020
Taxa de Juros	6% a.a.	6% a.a.	6% a.a.	6% a.a.
Índice de Correção	INPC a.m.	INPC a.m.	INPC a.m.	INPC a.m.
Juros/Multas	1% a.m. 2%	1% a.m. 2%	1% a.m. 2%	1% a.m. 2%
Saldo em Dia	0,00	776	0,00	31
Saldo Devedor	0,00	776	0,00	31

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



Operações Contratadas - Dívida dos Patrocinadores				
Nomenclaturas	Descrições		Descrições	
Plano	Eletra 1		Eletra 1	
	2020	2019	2020	2019
Tipo de Operação	Outras Contratações	Outras Contratações	Outras Contratações	Outras Contratações
Patrocinadores	Celg D	Celg D	Celg GT	Celg GT
Nº do Contrato	Celg D	Celg D	Celg GT	Celg GT
Valor Contratado	SPJU 1527	SPJU 1527	SPJU 1527	SPJU 1527
Prazo de Amortização	7.475	7.475	299	299
Valor da Parcela	240 meses	240 meses	240 meses	240 meses
Data de Início	0,00	135	0,00	5
Data de Vencimento	31/08/2000	31/08/2000	31/08/2000	31/08/2000
Taxa de Juros	31/07/2020	31/07/2020	31/07/2020	31/07/2020
Índice de Correção	6% a.a.	6% a.a.	6% a.a.	6% a.a.
Juros/Multas	INPC a.m.	INPC a.m.	INPC a.m.	INPC a.m.
Saldo em Dia	1% a.m. 2%	1% a.m. 2%	1% a.m. 2%	1% a.m. 2%
Saldo Devedor	0,00	929	0,00	37

Em 09 de maio de 2018, foi assinado o 4º Termo Aditivo ao Instrumento de Consolidação e Parcelamento de Débito, referente à dotação especial para o plano misto de aposentadorias e pensão da Eletra do Contrato SPJU-0450/97 e outras avenças – SPJU-1527/2000, celebrado em 31/08/2001, entre a ELETRA e seus patrocinadores Celg Distribuição S/A – Celg D (Nome Fantasia: Enel Distribuição Goiás) e Celg GT – Celg Geração e Transmissão S/A, em atendimento ao Relatório de Fiscalização n. 25/2017/PREVIC, datado de 15/05/2017 e a Nota n. 412/2018/PREVIC, datada de 05/04/2018 e, considerando a necessidade de cumprir a determinação para a utilização do benefício previsto no parágrafo 2º, do artigo 22, do Decreto n. 4.942/2003 e, dessa forma, evitando a lavratura do auto de infração.

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



O referido aditivo somente foi pactuado, no sentido de deixar formalizado o que já vem sendo praticado no decorrer dos anos, ou seja, a distribuição da proporção do contrato de dívidas entre os dois planos, de 92,05% (noventa e dois inteiros e cinco centésimos por cento) para o plano CELGPREV e 7,95% (sete inteiros e noventa e cinco centésimos por cento) para o plano ELETRA 1. As demais cláusulas permanecem em vigor e inalteradas, em todos os seus termos e condições, não expressamente modificadas pelo presente termo aditivo. A Dívida com a Patrocinadora venceu em 31 de julho de 2020.

B. Realizável Da Gestão Administrativa (PGA)

Está demonstrada por valores a receber dos planos de benefícios previdenciários, referentes aos repasses de custeio administrativo do mês e em atraso, mais adiantamentos a empregados e terceiros:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
GESTÃO ADMINISTRATIVA		
CONTAS A RECEBER		
CONTRIBUIÇÕES PARA CUSTEIO	<u>340</u>	<u>343</u>
PATROCINADORES	170	172
PARTICIPANTES	170	172
RESPONSABILIDADES DE TERECEIROS	<u>70</u>	=
ADIANTAMENTOS	70	-
DEPÓSITOS JUDICIAIS RECURSAIS	<u>2.411</u>	<u>2.346</u>
	<u>2.855</u>	<u>2.689</u>

C. Realizável dos Investimentos (Planos Previdenciais e PGA):

É composto pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são apresentados a seguir:

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



PLANO CELGPREV		
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
INVESTIMENTOS		
TÍTULOS PÚBLICOS	208.275	198.965
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS	208.275	198.965
NOTAS DO TESOUREO NACIONAL	206.887	197.381
CRÉDITOS SECURITIZADOS DO TESOUREO NACIONAL	1.388	1.584
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	2.338	62.222
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	-	53.296
COMPANHIAS ABERTAS	2.338	8.926
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	438.633	365.340
RENTA FIXA	220.031	193.394
AÇÕES	115.350	77.903
MULTIMERCADO	88.346	77.830
DIREITOS CREDITÓRIOS	4.445	3.764
EMPRESAS EMERGENTES	-	45
PARTICIPAÇÕES	10.461	12.404
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	16.342	20.388
OUTROS INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	16.342	20.388
COMPANHIAS FECHADAS	769	1.590
FUNDOS DE INVESTIMENTOS IMONILIÁRIOS	15.573	18.798
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	7.436	11.227
EMPRÉSTIMOS	7.436	11.227
EMPRÉSTIMOS NORMAIS	<u>7.436</u>	<u>11.227</u>
Total dos Investimentos	<u>673.024</u>	<u>658.142</u>

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



PLANO ELETRA 1		
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
INVESTIMENTOS		
TÍTULOS PÚBLICOS	30.932	29.640
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS	30.932	29.640
NOTAS DO TESOIRO NACIONAL	30.932	29.640
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	39.267	42.001
RENDA FIXA	18.792	24.081
AÇÕES	6.704	3.516
MULTIMERCADO	9.653	9.696
DIREITOS CREDITÓRIOS	1.469	1.549
PARTICIPAÇÕES	2.649	3.159
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	2.017	2.975
OUTROS INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	2.017	2.975
FUNDOS DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	2.017	2.975
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	751	1.112
EMPRÉSTIMOS	751	1.112
EMPRÉSTIMOS NORMAIS	751	1.112
Total dos Investimentos	<u>72.967</u>	<u>75.728</u>

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PLANO CELGPREV		
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	7.700	9.003
RENDA FIXA	7.700	9.003
Total dos Investimentos	<u>7.700</u>	<u>9.003</u>

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PLANO ELETRA 1		
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	732	744
RENDA FIXA	732	744
Total dos Investimentos	<u>732</u>	<u>744</u>

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



ELETRA - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

TÍTULOS DE RENDA FIXA - ELETRA EM 31/12/2020 E 31/12/2019 - PLANO CV

	2020			2019		
	Custo histórico de aquisição	Valor de Mercado	Data de Vencimento	Custo histórico de aquisição	Valor de Mercado	Data de Vencimento
Titulos para negociação						
Carteira Própria						
CDB - CV	0	0	18/12/2020	11.472	53.296	18/12/2020
CVS - TESOIRO NACIONAL - CV	1.146	1.388	01/01/2027	1.334	1.584	01/01/2027
DEBENTURES CV	1.489	2.338	-	5.933	8.926	-
RAIZEN ENERG	0	0	15/10/2020	3.000	4.489	15/10/2020
RAIZEN ENERG	0	0	15/10/2020	750	1.122	15/10/2020
CPTe 11	156	279	11/11/2023	183	292	11/11/2023
SULM23	1.333	2.059	15/05/2022	2.000	3.023	15/05/2022
CRI - CERTIF DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS	507	770	-	1.784	1.590	-
CRI - INBRANDS - CV	0	0	07/10/2028	1.196	712	07/10/2028
CRI - PETRO - CV	507	770	13/03/2026	588	878	13/03/2026
TOTAL CARTEIRA PRÓPRIA	3.143	4.495	-	20.523	65.396	-
Administradores Externos						
Fundos Investimentos Renda Fixa - CV	129.473	220.031	Indeterminado	160.954	197.158	Indeterminado
Fundos Investimentos Renda Fixa - PGACV	1.055	7.700	Indeterminado	17.322	9.003	Indeterminado
TOTAL ADM EXTERNOS	130.527	227.731	-	178.276	206.161	-
TOTAL TÍTULOS PARA NECOGIAÇÃO	133.670	232.226	-	198.799	271.557	-

	2020			2019		
	Custo histórico de aquisição	Valor pela Curva do papel	Data de Vencimento	Custo histórico de aquisição	Valor pela Curva do papel	Data de Vencimento
NTN-B - TESOIRO NACIONAL TOTAL	131.976,14	206.887	-	131.976	197.381	-
NTN-B - TESOIRO NACIONAL CV	-	-	15/05/2019	0	0	15/05/2019
NTN-B - TESOIRO NACIONAL CV	2.358	2.927	15/05/2021	2.358	2.796	15/05/2021
NTN-B - TESOIRO NACIONAL CV	85.896	123.314	15/05/2023	85.896	117.374	15/05/2023
NTN-B - TESOIRO NACIONAL CV	971	1.208	15/08/2026	971	1.155	15/08/2026
NTN-B - TESOIRO NACIONAL CV	3.762	6.721	15/08/2030	3.762	6.418	15/08/2030
NTN-B - TESOIRO NACIONAL CV	713	1.536	15/08/2035	713	1.471	15/08/2035
NTN-B - TESOIRO NACIONAL CV	3.480	6.336	15/08/2040	3.480	6.065	15/08/2040
NTN-B - TESOIRO NACIONAL CV	34.797	64.845	15/08/2050	34.797	62.103	15/08/2050
TOTAL CARTEIRA PRÓPRIA	131.976	206.887	-	131.976	197.381	-
TOTAL TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO	131.976	206.887	-	131.976	197.381	-
Renda Fixa	265.646	439.114	-	330.775	468.938	-
Total de Títulos Mantidos até o vencimento	131.976	206.887	-	131.976	197.381	-
Total de Títulos para negociação	133.670	232.226	-	198.799	271.557	-

TÍTULOS DE RENDA FIXA - ELETRA EM 31/12/2020 E 31/12/2019 - PLANO BD

	2020			2019		
	Custo histórico de aquisição	Valor de Mercado	Data de Vencimento	Custo histórico de aquisição	Valor de Mercado	Data de Vencimento
Titulos para negociação						
Carteira Própria						
DEBENTURES BD	-	-	-	-	-	-
TOTAL CARTEIRA PRÓPRIA	-	-	-	-	-	-
Administradores Externos						
Fundos Investimentos Renda Fixa - BD	6.232	18.792	Indeterminado	38.379	25.630	Indeterminado
Fundos Investimentos Renda Fixa - PGABD	7	732	Indeterminado	1.044	744	Indeterminado
TOTAL ADM EXTERNOS	6.239	19.524	-	39.423	26.375	-
TOTAL TÍTULOS PARA NECOGIAÇÃO	6.239	19.524	-	39.423	26.375	-

	2020			2019		
	Custo histórico de aquisição	Valor pela Curva do papel	Data de Vencimento	Custo histórico de aquisição	Valor pela Curva do papel	Data de Vencimento
NTN-B - TESOIRO NACIONAL TOTAL	18.768	30.932	-	18.768	29.640	-
NTN-B - TESOIRO NACIONAL BD	-	-	15/05/2019	-	-	15/05/2019
NTN-B - TESOIRO NACIONAL BD	-	-	15/05/2021	-	-	15/05/2021
NTN-B - TESOIRO NACIONAL BD	9.452	13.883	15/05/2023	9.452	13.330	15/05/2023
NTN-B - TESOIRO NACIONAL BD	-	-	15/08/2026	-	-	15/08/2026
NTN-B - TESOIRO NACIONAL BD	752	1.332	15/08/2030	752	1.271	15/08/2030
NTN-B - TESOIRO NACIONAL BD	1.980	4.386	15/08/2035	1.980	4.204	15/08/2035
NTN-B - TESOIRO NACIONAL BD	3.762	6.525	15/08/2040	3.762	6.238	15/08/2040
NTN-B - TESOIRO NACIONAL BD	2.821	4.805	15/08/2050	2.821	4.597	15/08/2050
TOTAL CARTEIRA PRÓPRIA	18.768	30.932	-	18.768	29.640	-
TOTAL TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO	18.768	30.932	-	18.768	29.640	-
Renda Fixa	25.007	50.456	-	58.191	56.015	-
Total de Títulos Mantidos até o vencimento	18.768	30.932	-	18.768	29.640	-
Total de Títulos para negociação	6.239	19.524	-	39.423	26.375	-

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



ELETRA - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Os Títulos e Valores Mobiliários estão depositados em conta individualizada, no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP), na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC).

Atendendo à exigência da Resolução CMN n. 4.661/2018, a ELETRA utiliza os serviços de custódia do Itaú Unibanco S/A, devidamente credenciado na CVM, para o exercício da atividade de custódia de títulos e valores mobiliários, para atuar como agente custodiante e responsável pelo fluxo de pagamentos e recebimentos, relativo às operações, no âmbito dos segmentos de renda fixa e renda variável.

SEGMENTOS DE APLICAÇÃO PLANO CELGPREV	LIMITES PARA ALOCAÇÃO		
	% ALOCAÇÃO ELETRA	POLÍTICA DE INVESTIMENTOS ELETRA	RESOLUÇÃO CMN N. 4.661/18
DISPONÍVEL	0,01%		
RENDA FIXA	64,64%	0% a 100%	0% a 100%
RENDA VARIÁVEL	17,14%	0% a 70%	0% a 70%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	14,68%	0% a 20%	0% a 20%
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	2,43%	0% a 20%	0% a 20%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	1,10%	0% a 15%	0% a 15%
TOTAL	100,00%		

SEGMENTOS DE APLICAÇÃO PLANO ELETRA1	LIMITES PARA ALOCAÇÃO		
	% ALOCAÇÃO ELETRA	POLÍTICA DE INVESTIMENTOS ELETRA	RESOLUÇÃO CMN N. 4.661/18
DISPONÍVEL	0,01%		
RENDA FIXA	70,15%	0% a 100%	0% a 100%
RENDA VARIÁVEL	9,19%	0% a 70%	0% a 70%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	16,86%	0% a 20%	0% a 20%
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	2,76%	0% a 20%	0% a 20%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	1,03%	0% a 15%	0% a 15%
TOTAL	100,00%		

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



SEGMENTOS DE APLICAÇÃO PGA	LIMITES PARA ALOCAÇÃO		
	% ALOCAÇÃO ELETRA	POLÍTICA DE INVESTIMENTOS ELETRA	RESOLUÇÃO CMN 4.661/18
DISPONÍVEL	0,06%		
RENTA FIXA	99,94%	0% a 100%	0% a 100%
TOTAL	100,00%		

C.1. Investimentos Imobiliários

A composição do saldo dos investimentos imobiliários em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Investimentos Imobiliários Plano Celgprev	Valor Líquido	
	2020	2019
Outros Investimentos Imobiliários	16.342	23.363
Cia. Fechadas - CRI	770	1.590
Fundos de Investimento Imobiliário	15.573	21.773
TOTAL	<u>16.342</u>	<u>23.363</u>

Investimentos Imobiliários Plano Eletra 1	Valor Líquido	
	2020	2019
	2.017	2.975
Cia. Fechadas - CRI	0	0
Fundos de Investimento Imobiliário	2.017	2.975
TOTAL	<u>2.017</u>	<u>2.975</u>

C.2. Ativo Contingente - Valores a Receber Expurgos OFND

A Eletra juntamente com outras entidades, por força do art. 7º do Decreto-Lei nº 2.288/86, foi obrigada a adquirir OFND 's (Obrigação do Fundo Nacional de Desenvolvimento), papel este que a princípio era corrigido pela variação da OTN acrescidos dos juros de 6% ao ano. A Lei 7.738/1989 extinguiu a OTN e elegeu o IPC (Índice de Preços ao Consumidor) como indexador para atualização monetária. O BNDES decidiu em junho/1990 que as OFND's deixariam de ser corrigidas pelo IPC e por intermédio da Portaria nº 948/61 tentou impedir que as entidades fechadas de previdência complementar recorressem ao Judiciário contra tal ato, bem como que utilizassem aquele papel como

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



forma de pagamento no Programa Nacional de Desestatização. Assim, a ABRAPP, na condição de substituto processual das suas associadas na referida ação, atacou aquele ato do BNDES e pleiteou as diferenças devidas em decorrência da não aplicação do IPC para corrigir as OFND 's durante o período de abril de 1990 até fevereiro de 1991. Importante registrar que já transitou em julgado a decisão que dentre outros pontos, determinou "que as OFND'S adquiridas pelos filiados da ABRAPP, inclusive os que não participaram da assembleia geral que autorizou o ajuizamento da ação, sejam corrigidas pelo IPC de abril de 1990 a fevereiro de 1991, devendo esses valores resgatados serem monetariamente corrigidos, acrescidos dos juros legais contados da citação". O Escritório Junqueira, Carvalho, Murgel & Brito Advogados e Consultores apurou que o crédito da Eletra perante o BNDES, em 31/10/2010, totalizava o valor de R\$ 5.126.747,32. Aquele escritório elaborou ainda um parecer jurídico/contábil que concluiu pela viabilidade técnica para proceder o reconhecimento contábil do efeito econômico do trânsito em julgado da referida decisão. Dessa forma, opinou pelo reconhecimento imediato daquele ativo como reserva garantidora dos planos de benefícios administrados pela Eletra. Com base naquele parecer, a Eletra efetuou o registro do referido ativo que em 31/12/2010 representava R\$ 5.238 mil. Em outubro de 2011, a PREVIC determinou a reversão daquele registro contábil, o que foi efetivado pela Fundação no balancete de outubro/2011 (R\$ 5.808.455,26). A ABRAPP já iniciou o procedimento de execução (o valor do crédito da ELETRA, em novembro/2015, era de R\$ 9.271.656,50).

C.3 – CDB'S BANCO PAN

As aplicações nos CDBs, efetuadas nos anos de 2007, 2008 e 2014. As taxas de remuneração eram pré-fixadas, entre 12% a.a. a 14% a.a. (12,62% a.a. quando ponderadas), todos vencidos em 18/12/2020.

O Banco Pan S/A (antigo Banco Panamericano S/A) ingressou com uma Medida Cautelar e uma Ação Principal, em face de vários investidores e, dentre eles, a Eletra - Fundação Celg de Seguros e Previdência, por meio do Processo n. 0105657-05.2012.8.26.0100 (583.00.2012.105657), da 19ª Vara Cível da Comarca de São Paulo.

Na ação principal, pleiteia a desconstituição dos contratos celebrados para a emissão dos referidos CDBs, ou ainda, a revisão das taxas contratadas.

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



A defesa está sendo feita pelo escritório Marzagão e Balaró Advogados, em que o processo está em andamento no judiciário sem evolução relevante. Conforme posição do departamento jurídico da Eletra, até o presente momento, não há qualquer óbice processual/jurídico para a liquidação dos CDB's na data do vencimento, já que o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por sua 12ª. Câmara de Direito Privado, concedeu parcialmente a medida liminar, em AGRAVO DE INSTRUMENTO nº 0015539-89- 2012.8.26.0000, liberando a circulação dos títulos envolvidos na demanda, apenas com a obrigatoriedade de que a CETIP desse ciência aos envolvidos e interessados nas eventuais negociações desses CDBs da existência da ação visando a anulação dos títulos, a fim de evitar futura alegação de ignorância da pendência em curso. Desta forma, considerou não haver elementos jurídicos que determinassem a necessidade de provisionamento contábil de perdas relacionadas ao CDB.

Em 18/12/2020 os CDB mencionados, sem exceção, tiveram sua liquidação financeira realizada normalmente, sendo que os valores recebidos pela Fundação ELETRA, equivalente a R\$ 55.686.011,57, refletiam exatamente a taxa contratada.

Abaixo, segue a posição patrimonial do ativo no momento de liquidação dos papéis, em 18/12/2020.

ATIVO	VALOR APLICAÇÃO	TAXA	VALOR RESGATADO
CDB - BCO PAN	4.009.732,20	12,00%	18.600.238,78
CDB - BCO PAN	5.447.168,63	12,40%	25.598.799,94
CDB - BCO PAN	2.000.000,00	14,20%	10.711.675,02
CDB - BCO PAN	381.947,37	12,59%	775.297,83
TOTAL	11.838.848,20	12,62%	55.686.011,57

C.4 – FIP BER

As aplicações no Fundo de Investimento em Participação Brasil Energia Renovável foram efetuadas no ano de 2012, com prazo previsto de vencimento em 06/2022.

Com relação ao provisionamento de perdas, por se tratar de aplicação em fundo, cuja valorização ou desvalorização de suas cotas é feita pelo administrador anualmente com base em laudos de avaliação elaborados por empresa avaliadora independente e que considera os ajustes e provisionamentos necessários, o valor da cota já reflete o valor justo deste ativo.

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



ELETRA - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

No encerramento de 2019, o gestor (Brasil Plural) e administrador realizaram um *impairment* na cota do fundo, registrando perdas no valor econômico dos ativos, em função (i) da reavaliação dos mesmos realizada pela PwC para o exercício 2019, (ii) bem como reconhecimento de dívidas com as empresas investidas e (iii) provisão de liquidação duvidosa em AFACs realizados pelo fundo nos ativos, em função de ressalvas e ênfases nas demonstrações financeiras do fundo em exercícios anteriores. Dessa forma, o impacto negativo no valor da cota em 31/12/19 foi de aproximadamente 25%. No encerramento de 2020 também tivemos um impacto negativo no valor da cota, apresentando em 31/12/2020, uma desvalorização de 30,21%.

Abaixo, segue o quadro atual da posição financeira no ativo:

FIP BER					
Ativo	Plano	Valor Aplicado	Valor Recebido	Valor Provisionado em 31/12/2020	Saldo do Ativo em 31/12/2020
FIP BER	Celgprev	R\$ 11.000.000	0	R\$ -	R\$ 2.321.901
FIP BER	Eletra1	R\$ 900.000	0	R\$ -	R\$ 189.974

C.5 – FIP GERAÇÃO DE ENERGIA

FIP GERAÇÃO ENERGIA					
Ativo	Plano	Valor Aplicado	Valor Recebido	Valor Provisionado em 31/12/2020	Saldo do Ativo em 31/12/2020
FIP Geração de Energia	Celgprev	R\$ 10.000.000	0	R\$ 436.024	R\$ 0,00

As aplicações no Fundo foram efetuadas no ano de 2010, com período de investimento e desinvestimento programados inicialmente em 07 (sete) anos. Contudo, foi prorrogado o vencimento, que teve alteração do prazo para 07/2021.

A concepção do FIP foi criar uma empresa de geração de energia que fosse um *player* significativo nos mercados (regulado e livre) de energia do Brasil e da América Latina. Sua carteira de investimentos é composta por ativos de geração e comercialização de energia elétrica, exploração florestal e consultoria em eficiência energética.

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



Até o momento não foi concretizado o desinvestimento dos ativos, razão pela qual motivou prorrogações de vencimento do Fundo, assim como mudança do Gestor no primeiro trimestre de 2018 (saída da Ático, a qual foi substituída pelo Brasil Plural). As demonstrações financeiras do fundo estão desatualizadas, sendo a última a do exercício de 2017, com ativos registrados sem atualização das avaliações realizadas por avaliadores independentes, dívidas não reconhecidas, contingências possíveis não registradas, perdas não reconhecidas no valor dos ativos, de forma que o valor atual da cota não reflete a realidade dos problemas existentes no fundo. Sendo assim, a Eletra provisionou o valor de R\$ R\$ 14.551.084,30 (catorze milhões, quinhentos e cinquenta e um mil, oitenta e quatro reais e trinta centavos), no Plano Celgprev, em Provisão para Devedores Duvidosos – PDD, dos investimentos realizados neste fundo, representando 100% (cem por cento) de provisionamento. Em 2020 o fundo apresentou desvalorizações sucessivas de sua cota. Até outubro de 2020 o fundo contabilizava uma perda patrimonial de aproximadamente 87%. Dessa perda, 76,61% foi devido o fato relevante divulgado em março de 2020, onde houve o reconhecimento dos impactos da reavaliação de 29 de junho de 2018 que ocasionou em um recálculo no Patrimônio do Fundo.

C.6 – FIP INDUSTRIAL PARKS

As aplicações no Fundo foram efetuadas através de primeiro aporte em 19 de novembro de 2012 no plano Celgprev e no plano Eletra 01, com prazo de vencimento no final de 2017, porém prorrogado para novembro de 2020. O objetivo do FIP é viabilizar investimentos em empreendimentos imobiliários geradores de renda, através da locação de condomínios fechados de galpões modulares, no Estado de São Paulo.

O Fundo, inicialmente, era gerido pela Riviera e administrado pelo Banco Santander S.A (“Santander”). Em 2018, o gestor foi substituído por decisão dos cotistas (passou a ser o Kinea Investimentos Ltda.), com o objetivo precípuo “de promover uma organização jurídica dos ativos, melhorar a ocupação dos ativos, implementar governança na gestão e processos e vender os ativos quando estabilizados/regularizados”. Ao longo de 2019, o novo gestor conseguiu um avanço relevante na absorção das áreas vagas dos empreendimentos. Atualmente, o fundo tem aproximadamente 18% de vacância no imóvel GR Hortolândia (antes era de 77% - outubro 2017) e 18% no imóvel GR Régis (antes era 92% - outubro 2017). Inexiste vacância no imóvel GR Guarulhos (antes era 69%). No mês de outubro de 2020, foi

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



convocada assembleia para a aprovação da prorrogação do Fundo pelo período adicional de 12 meses. O resultado foi a aprovação da prorrogação do prazo de duração do fundo para até 19 de novembro de 2021. Também em outubro foi concluído o processo de substituição do administrador do fundo, com a transferência da administração, custódia e controladoria do Fundo para a Lions Trust e seus prestadores. Com relação aos ativos desenvolvidos do Fundo, a questão de um deles referente a diferença de área foi devidamente regularizada durante o terceiro trimestre de 2020. O outro ativo, com pendências documentais junto a prefeitura apresentou uma boa evolução no ano de 2020, no entanto, ainda apresenta algumas etapas inconclusas. O Fundo continua contabilizando prejuízos, desde o início de suas operações, apesar de apresentar uma variação positiva em 2020 (até novembro) de 6,05%. Dessa variação, o Fundo apresentou uma valorização de 5,55% em fevereiro, referente a atualização da última avaliação dos ativos. Ainda sobre os ativos, conforme relatórios informados, um continua 100% locado; o outro está 68,90% locado; e o terceiro está com 12,1% de vacância.

Ativo	Plano	Valor Aplicado	Valor Recebido	Valor Provisionado em 31/12/2020	Saldo do Ativo em 31/12/2020
FIP Industrial Parks	Celgprev	R\$ 5.447.000	0	R\$ 0	R\$ 4.153.808
FIP Industrial Parks	Eletra 01	R\$ 325.000	0	R\$ 0	R\$ 285.319

C.7 – FIP BTG PRINCIPAL

FIP BTG PRINCIPAL					
Ativo	Plano	Valor Aplicado	Valor Recebido	Valor Provisionado em 31/12/2020	Saldo do Ativo em 31/12/2020
FIP BTG PRINCIPAL	Celgprev	R\$ 10.000.000	R\$ 2.350.742	R\$ 0	R\$ 3.985.322
FIP BTG PRINCIPAL	Eletra 01	R\$ 5.283.000	R\$ 1.277.384	R\$ 0	R\$ 2.173.940

As aplicações no Fundo de Investimentos em Participação BTG Principal foram efetuadas através de primeiro aporte no plano Celgprev em 21 de junho de 2011 e, primeiro aporte no plano Eletra 01 em 04 de agosto de 2014, com vencimento previsto para 06/2020.

Os ativos alvo do FIP eram empresas brasileiras do setor industrial, de varejo, farmacêutico, de saúde, tecnológico, automotivo, de TI e de construção civil. De tal forma que se investiu em 09 (nove) companhias.

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



Já ocorreram desinvestimentos e reconhecimento de perdas nos ativos, em função de sucessivos prejuízos registrados pelas empresas. Contudo, a maior parte dos desinvestimentos feitos foi realizada a preços mínimos, impactando diretamente a rentabilidade do fundo. Atualmente, a carteira do fundo possui três ativos investidos, Uol, Bodytech e CCRR, sendo que nos dois primeiros o fundo não possui controle acionário. A precificação dos ativos segue as diretrizes fixadas no regulamento do fundo, sendo atualizada através de laudo de avaliação realizado por empresa independente uma vez por ano, de forma que o valor atual registrado na carteira do fundo representa o valor justo desses ativos. A ênfase registrada pelo auditor independente do fundo está relacionada à incerteza das projeções utilizadas na precificação de ações de companhias fechadas, mas sem considerá-las inválidas. No ano de 2020, apesar da pandemia e da incerteza fiscal, a avaliação do Fundo melhorou significativamente, impulsionada pela valorização do UOL (enquanto a Bodytech e a CCRR permanecem estáveis). Lembrando que o fundo, atualmente, detém participação nessas 3 empresas. Verifica-se também um empenho do gestor em melhorar o desempenho operacional, estrutural e estratégico das empresas do portfólio. Em Assembleia Geral de Cotistas do dia 18 de novembro de 2020, foi deliberado a prorrogação do prazo de duração do fundo até a data de 8 de dezembro de 2021. Apesar da pandemia, o gestor continua buscando oportunidades de valor no portfólio existente e também continua preparando cenários para alternativas de saída para cada um dos investimentos. Conforme relatórios emitidos pelo gestor do ativo, a perspectiva é de que após o período pandêmico haja um aumento da demanda reprimida, decorrente da reabertura da economia. Apesar dos esforços da gestão, sob o impacto do cenário atípico, observa-se ainda uma recuperação sutil e abaixo do esperado, porém a gestão tem reforçado de forma recorrente os melhores esforços para que, nos próximos meses, se concretize a saída das empresas investidas.

C.8 – FIP MULTINER

A Eletra passou à condição de cotista do Multiner Fundo de Investimentos em Participações (FIP) em 16/10/2013, por meio da conversão das Cédulas de Crédito Bancário - CCB ns. 5198 e 5199 (de um total de seis Cédulas), que detinha da empresa Raesa S/A, companhia essa que faz parte do grupo Multiner, as quais foram adquiridas no ano de 2007. O objetivo foi no intuito de tentar reestruturar o caixa da Companhia, haja vista que vinha tendo dificuldades financeiras e registrava-se atraso no pagamento das amortizações.

Na repactuação, foram adotadas duas medidas: i) repactuação da taxa de remuneração do ativo (de IGPM+9% para IGPM+7%); e ii) conversão de parte das CCBs em *equity*, condicionado à redução do prazo de pagamento dos demais

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



ELETRA - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

créditos remanescentes em carteira (de 2027 para 2016). O pagamento das amortizações das CCBs foi honrado na repactuação.

Após os processos de reavaliações das empresas investidas no FIP, a cota do Fundo sofreu gradativas perdas. Na última avaliação das investidas (ocorrida em março/2019) o fundo ajustou o valor dos ativos a valor de mercado, resultado que incorreu em patrimônio negativo.

Abaixo, seguem os dados pertinentes ao FIP:

FIP MULTINER					
Ativo	Plano	Valor Aplicado	Valor Recebido	Valor Provisionado em 31/12/2020	Saldo do Ativo em 31/12/2020
FIP Multiner	Celgprev	R\$ 5.114.705	R\$ 0,00	R\$ 0	R\$ 0,00

C.9 – FIDC ATICO IMOBILIÁRIO

As aplicações no Fundo de Direitos Creditórios Ático Imobiliário foram efetuadas no ano de 2011. O Fundo adquiriu Cédulas de Crédito Imobiliário (CCIs) de emissão da Abengoa Brasil Predial Ltda., derivada de locação de imóvel à Abengoa Concessões Brasil Holding S. A. (Abengoa BR), com vencimento em 2022.

Em 29/01/2016, a Abengoa entrou com pedido de recuperação judicial no Brasil. Desta forma, o fluxo de pagamentos das amortizações foi diretamente impactado dada a inexistência de recebíveis, uma vez que houve desocupação do imóvel alugado.

Em Assembleia Geral de Cotistas, ocorrida em 04.12.2019, foi aprovada a venda da garantia imobiliária cedida ao Fundo (no caso, o próprio imóvel da operação) pelo valor à vista de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais). Considerando a participação da Eletra no fundo e o saldo previsto de recebimento da venda do imóvel, foi considerado o seguinte provisionamento ao final do exercício de 2020:

FIDC ÁTICO					
Ativo	Plano	Valor Aplicado	Valor Recebido	Valor Provisionado em 31/12/2020	Saldo do Ativo em 31/12/2020
FIDC Ático	Celgprev	R\$ 7.000	R\$ 4.625	R\$ 1.642.487	R\$ 3.188.359
FIDC Ático	Eletra 01	R\$ 3.000	R\$ 1.876	R\$ 703.826	R\$ 1.366.251

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



C.10 – FUNDO DE INVESTIMENTO EM RENDA FIXA EMISSÕES PRIMÁRIAS II

O investimento foi aprovado pela entidade no final do exercício de 2010, sendo que a chamada de capital ocorreu no ano subsequente.

Em dezembro de 2019, o administrador do fundo realizou remarcação das debêntures da PDG Realty a valor zero, diante das dificuldades de recuperação dos créditos e das SPEs dadas em garantia ao fundo. Desde 2016 o administrador do fundo vem realizando provisões de devedores duvidosos no fundo Emissões Primárias II diante do pedido de recuperação judicial da empresa PDG Realty. O BTG Pactual, gestor do fundo, conseguiu adicionar os recebíveis de SPEs que compunham a carteira da PDG Realty. O fundo também contratou em 2017 a empresa OGF I para realizar *due diligence* das SPEs e escritório Mattos Filho para assessoria jurídica. Diante da dificuldade de obtenção de informações sobre os recebíveis das SPEs, foi necessário protocolar processo judicial para que a SPE apresentasse informação para avaliação das garantias. Somente depois de mais de um ano de litígio, o fundo conseguiu informações para avaliar as SPEs e houve a constatação de que não há valor para as garantias, além de não existir interesse de mercado pela compra no secundário dos créditos da PDG Realty. Assim, o administrador realizou a remarcação das debentures a zero no dia 04 de dezembro de 2019. No dia 12 de dezembro, os cotistas do fundo decidiram por maioria (67,39%), aprovar a prorrogação do vencimento pelo prazo de 12 meses a contar da data de encerramento do fundo (14 de dezembro de 2019) conforme previsto em seu Regulamento. A decisão foi de aprovar essa prorrogação de forma a contar ainda por mais um ano com os serviços do gestor/administrador BTG Pactual nas soluções do problema. Caso não ocorresse essa prorrogação, a outra opção seria por deliberar pela liquidação do fundo, quando os cotistas receberiam em carteira própria os ativos problemáticos na proporção da participação de cada um, tendo que fazer individualmente a gestão dos problemas e tomar as medidas e ações necessárias para reaver os recursos investidos.

Finalmente, em 16 de junho de 2020, o fundo realizou a venda do seu único ativo restante, ficando então decidido em Assembleia Geral de Quotistas do dia 07 de julho de 2020, pela liquidação do fundo. Liquidação esta ocorrida em 10 de julho de 2020.

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



ELETRA - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Segue abaixo um resumo dos valores aportados bem como dos valores recebidos.

FIRF EMISSÕES PRIMÁRIAS II - VALORES APLICADOS			
ELETRA CV		ELETRA BD	
DATA	VALOR (R\$)	DATA	VALOR (R\$)
26/01/2011	35.000,00	26/01/2011	15.000,00
26/01/2011	854.064,05	29/06/2011	366.027,45
30/03/2012	873.284,95	30/03/2012	374.264,33
06/12/2018	751,90	06/12/2018	322,25
15/07/2019	520,28	15/07/2019	223,07
TOTAL (R\$) 1.763.621,18		TOTAL (R\$) 755.837,10	

FIRF EMISSÕES PRIMÁRIAS II - VALORES RECEBIDOS			
ELETRA CV		ELETRA BD	
DATA	VALOR	DATA	VALOR
31/07/2013	143.574,49	31/07/2013	61.531,87
26/08/2013	87.328,48	26/08/2013	37426,44
26/03/2014	74.852,96	26/03/2014	32.079,81
30/06/2014	88.576,01	30/06/2014	37.961,11
20/03/2015	62.377,47	20/03/2015	26.733,17
19/06/2015	375.512,43	19/06/2015	160.933,75
08/12/2015	467.340,93	08/12/2015	200.288,80
17/06/2016	190.251,30	17/06/2016	81.536,20
20/07/2016	13.629,45	20/07/2016	5.841,18
19/08/2016	13.331,08	19/08/2016	5.713,31
22/09/2016	13.614,02	22/09/2016	5.834,57
21/10/2016	13.231,41	21/10/2016	5.670,59
23/11/2016	12.874,99	23/11/2016	5.517,84
30/11/2016	321.466,87	30/11/2016	137.771,40
10/07/2020	1.530,60	10/07/2020	655,97
Total	1.879.492,49	Total	805.496,01

C.11 – FUNDO DE INVESTIMENTO EM RENDA FIXA PORTFÓLIO MASTER

A Eletra aplicou no Fundo em 2009. O objetivo do ativo era a aquisição de créditos privados para a carteira.

Ocorreram dois fatos relevantes que impactaram diretamente a carteira do Fundo: i) em abril de 2011 houve provisão de perdas de 1,646%, visto que havia um CDB emitido pelo Banco Morado, e que teve decretada a intervenção

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



extrajudicial na instituição (em 2015 foi declarada a sua falência); e em 2012 outro ativo (FIDC Coral) impactou de forma mais significativa a performance do Portfólio Master, o qual teve impacto negativo em seu patrimônio de 44,52% naquele ano dado o lançamento de PDD na carteira do FIDC informado.

Em 2014, a fundação contratou o escritório de advocacia Martinelli com vistas à reparação civil pelos prejuízos causados pelo do Gestor e Administrador. O processo segue em curso na Justiça Estadual, na comarca do Rio de Janeiro. Abaixo, seguem dados do ativo:

FIRF PORTFÓLIO MASTER					
Ativo	Plano	Valor Aplicado	Valor Recebido	Valor Provisionado em 31/12/2020	Saldo do Ativo em 31/12/2020
FIRF Portfólio Master	Celgprev	R\$ 2.000.000	R\$ 1.050.149	R\$ 0	R\$ 73.729

C.12 – FIDC'S DE EMISSÃO DO BANCO BVA

Tais ativos são provenientes de contratos de empréstimos feitos entre o Banco BVA a empresas. As aplicações ocorreram entre 2010 a 2012, sendo que o vencimento originalmente acordado de tais fundos (2014) foi prorrogado para 2021 e 2023.

Foi decretada intervenção pelo Bacen no BVA em outubro de 2012, incorrendo, dessa forma, em aumento das provisões de perdas. Em relação aos FIDC's de Emissão do Banco, na intervenção, os créditos em carteira tiveram aumento dos níveis de inadimplência, tendo em vista que os devedores incitaram movimentos para pagamentos de tais passivos em juízo.

Ao longo do processo, foram substituídos gestores no intuito de executar com maior eficiência a cobrança dos créditos inadimplentes. Atualmente, o valor da carteira dos fundos registra como ativo somente os valores a receber dos acordos celebrados, que estão sendo cumpridos. Abaixo, seguem os dados atualizados do ativo:

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



FIDC'S EMISSÃO BANCO BVA					
Ativo	Plano	Valor Aplicado	Valor Recebido	Valor Provisionado em 31/12/2020	Saldo do Ativo em 31/12/2020
FIDC Master II	Celgprev	R\$ 3.000.000	R\$ 3.106.433	R\$ 0	R\$ 12.661
	Eletra 1	R\$ 2.000.000	R\$ 2.070.955	R\$ 0	R\$ 8.434
FIDC Master III	Celgprev	R\$ 15.000.000	R\$ 13.198.147	R\$ 0	R\$ 119.965
	Eletra 1	R\$ 1.650.000	R\$ 1.475.799	R\$ 0	R\$ 13.390
FIDC Itália	Celgprev	R\$ 5.500.000	R\$ 4.497.604	R\$ 0	R\$ 1.124.043
	Eletra 1	R\$ 400.000	R\$ 326.046	R\$ 0	R\$ 81.310

D. Permanente – Gestão Administrativa

Possui a seguinte composição em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	Taxa anual de depreciação	Custo Acumulado	Depreciações Acumuladas	Valor Líquido	
				2020	2019
Móveis e Utensílios	10%	81	63	18	25
Máquinas e Equipamentos	10%	74	43	31	43
Computadores e Periféricos	20%	296	277	19	40
Instalações	10%	10	9	1	2
Condicionadores de Ar	10%	<u>20</u>	<u>10</u>	<u>10</u>	<u>15</u>
		481	402	79	125

6. EXIGÍVEL OPERACIONAL – GESTÃO PREVIDENCIAL

Representa a provisão relativa à restituição das reservas de poupança dos participantes desligados dos Planos de Benefícios (que ainda não possuem condições de optar pelo saque de suas contribuições), retenções da folha de benefícios e cobertura administrativa do PGA para repasse no mês seguinte:

Exigível Operacional Gestão Previdencial	2020	2019
Provisões de Devoluções de Poupança	107	111
Retenções a recolher	1.451	1.464
Outras Exigibilidades	341	346
Cobertura Adm. PGA – Mês	341	346
	1.899	1.921

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



7. EXIGÍVEL OPERACIONAL - GESTÃO ADMINISTRATIVA

Representa as obrigações da Fundação com despesas, no mês de dezembro de 2020, relativas à folha de pagamentos, encargos sociais, tributos e fornecedores de materiais, plano de saúde e serviços, vencíveis no exercício seguinte:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Exigível Operacional		
Gestão Administrativa		
Despesas com Pessoal	273	216
Encargos Sociais	47	50
Prestadores de Serviços	59	87
Retenções a recolher	85	104
Aluguel a Pagar	<u>4</u>	<u>4</u>
	468	461

8. EXIGÍVEL OPERACIONAL - INVESTIMENTOS

Representa as obrigações da Entidade, em relação ao IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), incidentes nas concessões de empréstimos a participantes.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Exigível Operacional		
Investimentos		
IOF a Recolher de Empréstimos	-	-
Taxas custódia a pagar	<u>5</u>	<u>1</u>
Parcela de Empréstimos a devolver	<u>1</u>	<u>1</u>
	6	1

9. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Registra o montante das provisões, em decorrência de ações judiciais passivas mantidas contra a ELETRA. É atualizado por meio das informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito determinada pelos advogados patrocinadores dos processos.

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



ELETRA - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Consolidado

	<u>Saldo</u> <u>Provisão 2020</u>	<u>Movimentação</u> <u>2020</u>	<u>Saldo Provisão</u> <u>2019</u>
PREVIDENCIAIS	8.000	707	7.293
Expurgos Inflacionários e Benefícios Previdenciais	8.000	707	7.293
ADMINISTRATIVAS	2.411	65	2.399
PIS e COFINS	2.411	65	2.346
Trabalhista	-	(53)	53
	<u>10.411</u>	<u>719</u>	<u>9.692</u>

Plano Celgprev

	<u>Saldo Provisão</u> <u>2020</u>	<u>Movimentação</u> <u>2020</u>	<u>Saldo Provisão</u> <u>2019</u>
PREVIDENCIAIS	7.202	640	6.562
Expurgos Inflacionários e Benefícios Previdenciais	7.202	640	6.562
	<u>7.202</u>	<u>640</u>	<u>6.562</u>

Plano Eletra1

	<u>Saldo Provisão</u> <u>2020</u>	<u>Movimentação</u> <u>2020</u>	<u>Saldo Provisão</u> <u>2019</u>
PREVIDENCIAIS	798	67	731
Expurgos Inflacionários e Benefícios Previdenciais	798	67	731
	<u>798</u>	<u>67</u>	<u>731</u>

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



PGA

	<u>Saldo Provisão</u> <u>2020</u>	<u>Movimentação</u> <u>2020</u>	<u>Saldo</u> <u>Provisão 2019</u>
ADMINISTRATIVAS	2.411	12	2.399
PIS e COFINS	2.411	65	2.346
Trabalhista	-	(53)	53
	2.411	12	2.399

Nos processos em que houve a migração dos Autores, apesar do recente entendimento manifestado pelo Superior Tribunal de Justiça, consolidado em sede de recursos repetitivos (Resp n. 1.551.488 – MS 2015/0207723-0, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, j. 14/06/2017, DJE 01/08/2017), que vem sendo seguido por todas as Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, a Assessoria Jurídica da ELETRA classificou como POSSÍVEL a possibilidade de uma condenação. Com base naquela classificação, a Diretoria Executiva da Fundação, decidiu pela manutenção, no fechamento do exercício de 2019, das provisões realizadas naqueles processos.

10. PATRIMÔNIO SOCIAL

Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas são obtidas mediante cálculos atuariais que objetivam mensurar os compromissos líquidos da Entidade, com relação a benefícios concedidos e a conceder, tendo como base o último dia do exercício.

Os referidos cálculos são de responsabilidade de atuário independente, devidamente regulamentado e são apresentados por plano de benefício.

Adequação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras dos planos de benefícios administrados pela Eletra.

A Eletra efetuou, em 2020, por meio do Atuário responsável pelos planos, Rodarte Consultoria em Estatística e Seguridade Ltda. a revisão das premissas atuariais e adequação às características da massa populacional (participantes e assistidos) e aos dispositivos regulamentares dos planos de benefícios, conforme determinação contida na Resolução CNPC n. 30, de 10 de outubro de 2018 e Instrução PREVIC nº 10, de 30 de novembro de 2018.

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



ELETRA - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

As alterações recomendadas pelo atuário foram submetidas à aprovação do Conselho Deliberativo, em reunião ordinária realizada na sede da Eletra, em 18 de dezembro de 2020, quando foram aprovadas por unanimidade. As mesmas estão demonstradas nos quadros abaixo.

As principais premissas adotadas nos cálculos atuariais foram:

PLANO BD ELETRA 01 CNPB 1980.0023-47

Hipóteses	Avaliação 2020	Avaliação 2021
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 M Basic	AT-2000 M Basic
Tábua de Mortalidade de Inválidos	IAPB	IAPB
Tábua de Entrada em Invalidez	Não aplicável	Não aplicável
Taxa Real de Juros	5,39%	4,96%
Crescimento Real de Salários	Não aplicável	Não aplicável
Fator de Capacidade de Salários e Benefícios	0,9829 (Benefícios)	0,9850 (Benefícios)
Taxa de Rotatividade	Não aplicável	Não aplicável
Composição Familiar	Real	Real

PLANO CELGPREV CNPB 2000.0069-65

Hipóteses	Avaliação 2020	Avaliação 2021
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 M Suaviz. 10%	AT-2000 M Suaviz. 10%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI 85 M & F	MI 85 M & F
Tábua de Entrada em Invalidez	Tasa Suaviz. 50%	Tasa Suaviz. 50%
Taxa Real de Juros	5,44%	5,07%
Crescimento Real de Salários	1,93%	1,32%
Fator de Capacidade de Salários e Benefícios	0,9829	0,9850
Taxa de Rotatividade	3,00%	3,00%
Composição Familiar	<u>Ativos:</u> Considera-se que 70% dos participantes possuem, dependentes, a diferença de idade entre os cônjuges é de 7 anos e a maioria do temporário mais novo é alcançada quando o participante atinge 66 anos. <u>Assistidos:</u> Família Real.	<u>Ativos:</u> Considera-se que 70% dos participantes possuem, dependentes, a diferença de idade entre os cônjuges é de 7 anos e a maioria do temporário mais novo é alcançada quando o participante atinge 66 anos. <u>Assistidos:</u> Família Real.

Plano de Equacionamento do Plano Eletra 1

Em 31 de dezembro de 2019 o Plano Eletra 1 apresentou um déficit técnico acumulado de R\$ 8.279 (Reais mil), aproximadamente 9,75% das suas provisões matemáticas.

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



Aplicando-se o ajuste de precificação dos títulos federais, previsto no artigo 30 da Resolução CNPC 30/2018, que para o Plano Eletra 1 em 31/12/2019 é de R\$ R\$ 2.254 mi), encontra-se o Equilíbrio Técnico Ajustado no valor de R\$ 6.025 mil.

De acordo com o disposto no artigo 29 da Resolução CNPC nº 30/2018, considerando a duração do passivo do Plano, apurada em 8,81 anos na avaliação de 2019, o limite de Déficit Técnico Acumulado em 31/12/2019 é de R\$ 4.086 mil.

Portanto, como o Equilíbrio Técnico Ajustado, está acima do valor de 4.086 mil, é necessário elaborar e aprovar, em 2020, o Plano de Equacionamento para o Plano Eletra 1.

Desta forma, o mencionado plano de equacionamento deverá contemplar, no mínimo, o maior valor entre R\$ 1.939 mil e 1% das provisões matemáticas, provisões estas que representam R\$ 849 mil, apurados para 31.12.2019. Esclarece-se aqui que o valor de R\$ 1.939 mil é o resultado da diferença entre o Limite de Déficit Técnico Acumulado (R\$ 4.086) e o Equilíbrio Técnico Ajustado (R\$ 6.025).

A Rodarte Nogueira, consultoria atuarial, responsável técnica pelos planos administrados pela ELETRA, elaborou, por solicitação da Diretoria da Fundação, consoante aos dispostos na Resolução CNPC 30/2018 e Instrução Previc 10/2018, o Plano de Equacionamento do Plano Eletra 1, consubstanciado no Relatório RN/ELETRA nº 001A/2020, de 31.08.2020, onde foram apresentadas duas opções de valores para o equacionamento, sendo a primeira no valor R\$ 1.939 mil, correspondente ao mínimo exigido a ser equacionado e a segunda opção no valor referente ao Equilíbrio Técnico Ajustado, ou seja R\$ 6.025 mil. O Plano de Equacionamento foi apresentado, na reunião de 18 de dezembro de 2020, ao Conselho Deliberativo da Eletra, o qual, por decisão unânime, aprovou o equacionamento no valor de Equilíbrio Técnico

Ajustado (R\$ 6.025) resultando em Contribuição Extraordinária de 9,9731%, que incidirá sobre o benefício dos assistidos e pensionista daquele Plano, de abril de 2021 a março de 2034.

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



11. RESULTADOS REALIZADOS - SUPERÁVIT/DÉFICIT TÉCNICO E RENTABILIDADES

A rentabilidade da ELETRA alcançou, no exercício de 2020, os seguintes percentuais:

Rentabilidade dos Investimentos		
	2020	2019
Plano Eletra 1 BD	4,22%	9,18%
Plano Celgprev CV	3,85%	9,53%
Plano de Gestão Administrativa PGA	2,60%	16,88%
Meta Atuarial BD	11,13%	9,95%
Meta Atuarial CV	11,18%	10,23%
INPC	5,45%	4,48%

Quanto à situação atuarial do plano, com base no balanço contábil, encerrado em 31/12/2020, do Ativo Total de R\$760.666 mil, quando subtraído o Exigível Operacional e Contingencial, que totaliza a importância de R\$12.786 mil, resulta no Ativo Líquido Previdencial de R\$ 747.880 mil, resultando no consolidado um déficit acumulado de R\$ 62.958.

Celgprev - No exercício de 2020 foi apurado o resultado acumulado negativo de R\$ 50.780. Em 2019, foi registrado o resultado acumulado negativo de R\$19.612.

Eletra 1 - No exercício de 2020 foi apurado o resultado acumulado negativo de R\$ 12.178. Em 2019, foi registrado o resultado acumulado negativo de R\$ 8.279.

COMPARATIVO EVOLUÇÃO DÉFICIT TÉCNICO

Planos	Déficit Técnico Acumulado no Exercício Atual	Déficit Técnico Acumulado no Exercício Anterior
	2020	2019
Plano Celgprev (CV)	(50.780)	(19.612)
Plano Eletra1 (BD)	(12.178)	(8.279)
Consolidado	(62.958)	(27.891)

a) – RESULTADOS AJUSTADOS – (EQUILÍBRIO TÉCNICO)

Em 4 de fevereiro de 2015, foi publicada a Instrução PREVIC nº19, que disciplina os critérios e os procedimentos para cálculo do ajuste de precificação dos títulos públicos federais, para fins de equacionamento de déficit técnico e para

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



ELETRA - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

utilização ou destinação de superávit técnico (observadas as alterações posteriores). Esse ajuste de precificação dos títulos, atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, corresponde à diferença entre o valor considerando a taxa de juros utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos.

O ajuste de precificação dos títulos públicos elegíveis em 31 de dezembro de 2020 do Celgprev resultou em um valor positivo de R\$ 12.944 (em 2019 foi R\$ 10.033), conforme demonstrativo a seguir:

Plano Celgprev

PLANO CELGPREV TÍTULOS PÚBLICOS UTILIZADOS PARA AJUSTES DE PRECIFICAÇÃO

TÍTULOS	DATA APLICAÇÃO	VENCIMENTO	TAXA AQUISIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR INVESTIDO	VALOR (R\$) 31/12/2020	VALOR DO AJUSTE
NTN-B	04/06/2014	15/08/2050	6,159000	800	1.946	2.746	438
NTN-B	03/07/2014	15/08/2050	6,140000	1.000	2.460	3.440	540
NTN-B	16/07/2014	15/08/2050	6,119000	520	2.477	3.450	275
NTN-B	30/07/2014	15/08/2040	5,960000	1.000	2.537	3.520	367
NTN-B	30/07/2014	15/08/2050	5,980000	5.000	12.664	17.578	2.323
NTN-B	13/08/2014	15/08/2050	6,059000	2.000	5.019	6.955	1.006
NTN-B	15/01/2014	15/08/2030	6,59980	2.000	4.577	6.721	748
NTN-B	24/09/2014	15/08/2050	5,970000	2.000	4.991	7.034	93
NTN-B	22/10/2014	15/08/2050	5,980000	200	5.034	7.029	931
NTN-B	03/12/2014	15/05/2023	5,940000	1.150	2.890	3.957	87
NTN-B	12/03/2014	15/08/2050	6,800000	1.200	2.585	3.797	979
NTN-B	09/04/2014	15/08/2040	6,510000	850	1.942	2.816	487
NTN-B	14/01/2015	15/05/2023	5,9300000	3.100	7.921	10.707	195
NTN-B	11/02/2015	15/05/2023	6,200000	2.700	6.892	9.273	222
NTN-B	11/03/2015	15/05/2023	6,480000	1.550	3.954	5.293	158
NTN-B	25/03/2015	15/05/2023	6,360000	1.500	3.888	5.135	140
NTN-B	23/04/2015	15/05/2023	6,330000	2.600	6.854	8.906	238
NTN-B	06/05/2015	15/05/2023	6,410000	1.900	5.010	6.498	184
NTN-B	03/06/2015	15/05/2023	6,280000	1.900	4.952	6.511	170
NTN-B	15/07/2015	15/05/2023	6,459000	1.900	4.994	6.490	192
NTN-B	12/08/2015	15/05/2023	7,180000	1.950	4.968	6.563	295
NTN-B	26/08/2015	15/05/2023	7,199000	2.000	5.111	6.728	306
NTN-B	07/10/2015	15/05/2023	7,230000	2.700	6.986	9.078	417
NTN-B	21/10/2015	15/05/2023	7,500900	2.000	5.121	6.686	348
NTN-B	04/11/2015	15/05/2023	7,429000	2.000	5.173	6.696	338
NTN-B	18/11/2015	15/05/2023	7,179000	2.750	7.037	9.253	417
NTN-B	02/12/2015	15/05/2023	7,479000	1.950	4.942	6.520	337
NTN-B	16/12/2015	15/05/2023	7,519000	2.700	6.884	9.022	473
NTN-B	27/04/2016	15/05/2021	6,299000	850	2.470	2.927	12
NTN-B	27/04/2016	15/08/2026	6,299000	350	993	1.208	69
NTN-B	08/06/2016	15/05/2035	6,119000	450	1.292	1.536	158

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



VALOR TOTAL DO AJUSTE	12.944
------------------------------	---------------

Considerando o valor do ajuste de precificação dos títulos federais para 31.12.2020, R\$ 12.944 mil, o Equilíbrio Técnico Ajustado foi avaliado em R\$ 37.835 mil:

Descrição	EXERCÍCIO 2020	EXERCÍCIO 2019	Varição (%)
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	(50.780)	(19.612)	158,93%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	12.944	10.033	29,02%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	(37.836)	(9.579)	295,01%

Aplicando-se a formulação descrita no Art. 29 da Resolução CNPC nº 30/2018 para a duração do passivo do Plano, apurada em 8,96 anos nessa avaliação, tem-se como Limite de Déficit Técnico Acumulado em 31.12.2020 o valor de R\$ 24.633 mil.

Limite de Déficit Técnico Acumulado = $[1\% \times (8,96 - 4) \times R\$ 496.623 \text{ mil}] = R\$ 24.633 \text{ mil}$.

Como o Equilíbrio Técnico Ajustado de 31.12.2020 é superior ao limite acima estabelecido, faz-se necessário elaborar e aprovar, em 2021, o plano de equacionamento do déficit técnico do Plano.

O referido plano de equacionamento deverá contemplar o maior valor entre a diferença entre o Equilíbrio Técnico Ajustado e o Limite de Déficit Técnico Acumulado, e 1% das provisões matemáticas, apurados para 31.12.2020.

MONTANTE MÍNIMO A SER EQUACIONADO

Descrição	Exercício Atual (R\$) Mil
a) Equilíbrio Técnico Ajustado (ETA)	(37.836)
b) Limite de Déficit Técnico Acumulado	24.633
c) ETA - Limite (a + b)	(13.203)
d) 1% das Provisões Matemáticas (BD)	(4.966)
e) Mínimo a ser Equacionado	(13.203)

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



ELETRA - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

QUANTIDADE E MONTANTE DE TÍTULOS PÚBLICOS POR FAIXAS DE VENCIMENTO		
DATA DE VENCIMENTO	QUANTIDADE	31/12/2020
15/05/2021	850	2.927
15/05/2023	36.350	123.314
15/08/2026	350	1.208
15/08/2030	2.000	6.721
15/05/2035	450	1.536
15/08/2040	1.850	6.336
15/08/2050	16.220	64.845

Com relação ao Plano Eletra1, o ajuste de precificação dos títulos públicos em 31 de dezembro de 2020 resultou em um valor positivo de R\$ 3.368 (em 2019 foi R\$2.254) conforme demonstrativo a seguir:

TÍTULOS	DATA APLICAÇÃO	VENCIMENTO	TAXA AQUISIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR INVESTIDO	VALOR (R\$) 31/12/2020	VALOR DO AJUSTE
NTN-B	26/02/2014	15/08/2040	6,660000	2.000,00	4.406	6.525	1.347
NTN-B	26/02/2014	15/08/2050	6,690000	1.500,00	3.258	4.805	1.260
NTN-B	12/03/2014	15/08/2030	6,730000	400,00	895	1.332	173
NTN-B	12/08/2015	15/05/2023	5,710000	4.000,00	12.927	13.883	216
NTN-B	12/08/2015	15/05/2035	5,830000	1.250,00	4.068	4.386	372
VALOR TOTAL DO AJUSTE							3.368

Considerando o valor do ajuste de precificação dos títulos federais para 31.12.2020, R\$ 3.368 mil, o Equilíbrio Técnico Ajustado foi avaliado em R\$ 8.811 mil:

Plano Eletra1

Descrição	EXERCÍCIO 2020	EXERCÍCIO 2019	Variação (%)
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	(12.179)	(8.279)	47,11%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	3.368	2.254	49,40%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	(8.811)	(6.025)	46,25%

Aplicando-se a formulação descrita no Art. 29 da Resolução CNPC nº 30/2018 para a duração do passivo do Plano, apurada em 9,06 anos nessa avaliação, tem-se como Limite de Déficit Técnico Acumulado em 31.12.2020 o valor de R\$ 4.248 mil.

Limite de Déficit Técnico Acumulado = $[1\% \times (9,06 - 4) \times R\$ 83.957 \text{ mil}] = R\$ 4.248 \text{ mil}$

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



ELETRA - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Como o Equilíbrio Técnico Ajustado de 31.12.2020 é superior ao limite acima estabelecido, faz-se necessário elaborar e aprovar, em 2021, novo plano de equacionamento do déficit técnico do Plano.

O referido plano de equacionamento deverá contemplar o maior valor entre a diferença entre o Equilíbrio Técnico Ajustado e o Limite de Déficit Técnico Acumulado, e 1% das provisões matemáticas, apurados para 31.12.2020.

MONTANTE MÍNIMO A SER EQUACIONADO

Descrição	Exercício Atual (R\$) Mil
a) Equilíbrio Técnico Ajustado (ETA)	(8.811)
b) Limite de Déficit Técnico Acumulado	4.248
c) Parcela do ETA excedente ao Limite (a + b)	(4.563)
d) 1% das Provisões Matemáticas (BD)	(840)
e) Mínimo a ser Equacionado	(4.563)

Plano Eletra1

QUANTIDADE E MONTANTE DE TÍTULOS PÚBLICOS POR FAIXAS DE VENCIMENTO		
DATA VENCIMENTO	QUANTIDADE	31/12/2020
15/05/2023	4.000	13.883
15/08/2030	400	1.332
15/05/2035	1.250	4.386
15/08/2040	2.000	6.525
15/08/2050	1.500	4.805

12. FUNDOS

A. Fundos Previdenciais

A.1. Fundo Coletivo de Desligamento - Celgprev

Constituído pelas transferências dos saldos referentes às contribuições vertidas pelas Patrocinadoras, existentes nas contas dos Participantes que tiveram suas cotas prescritas ou que tenham obtido o resgate de suas cotas por motivo de cancelamento de inscrição.

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



ELETRA - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Fundos Previdenciais	Saldo Acumulado	Constituição/ Reversão	Saldo Anterior
	<u>2020</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fundo Coletivo de Desligamento	37.158	2.450	34.708

A.2. Fundo Administrativo

Constituído de valores resultantes da contribuição para Custeio Administrativo, deduzindo-se as despesas administrativas e sendo corrigido pela taxa de remuneração dos investimentos. Ver nota 3 letra O.

Fundos Administrativos	Saldo Acumulado	Constituição/ Reversão	Saldo Anterior
	<u>2020</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fundo Administrativo – Celgprev	7.753	(1.241)	8.994
Fundo Administrativo – Eletra 1	<u>739</u>	<u>(25)</u>	<u>764</u>
Consolidado	<u>8.492</u>	<u>(1.266)</u>	<u>9.758</u>

A.3. Fundo de Investimentos

Constituído de valores resultantes da taxa de seguro e administração, incidentes sobre os valores dos empréstimos aos participantes, visando à cobertura de saldos em caso de morte.

Fundo de Investimentos	Saldo Acumulado	Utilização Fundo (-)	Formação do Fundo (+)	Saldo Anterior
	<u>2020</u>	<u>2020</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fundo de Garantia de Empréstimos – Celgprev	895	270	134	1.031
Fundo de Garantia de Empréstimos – Eletra 1	<u>62</u>	<u>4</u>	<u>8</u>	<u>58</u>
Consolidado	<u>957</u>	<u>274</u>	<u>142</u>	<u>1.089</u>

13. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Nova Planificação Contábil

Em 24 de agosto de 2020, foi publicada no Diário Oficial da União, Edição 162, Seção 1, página 23 a nova Instrução PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2020, que estabelece normas para os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, estrutura o plano de contas padrão, instrui a função e funcionamento das contas, a forma, o meio e a periodicidade de envio das demonstrações contábeis a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2021.

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



A mesma tem por objetivo de uniformizar os registros contábeis dos atos e fatos administrativos praticados, racionalizar a utilização das contas contábeis, estabelecer regras, critérios e procedimentos necessários à obtenção e divulgação de dados, possibilitar a análise, a avaliação do desempenho e o controle, de modo que as demonstrações contábeis elaboradas, expressem, com fidedignidade, clareza e transparência, a real situação econômico-financeira e o equilíbrio técnico dos planos de benefícios de caráter previdencial e assistencial e plano de gestão administrativa.

b) Impacto da pandemia nos investimentos

A Eletra avaliou que os impactos mais relevantes decorrentes da pandemia do coronavírus COVID-19 estiveram relacionados à volatilidade dos ativos financeiros diante das incertezas macroeconômicas ao longo do ano. Pode-se observar tais impactos nos investimentos dos planos de benefícios administrados, dado as mudanças estruturais na economia como inflação, câmbio e juros. Tais efeitos foram registrados no exercício social de 2020 e concluiu-se que não há manifestação adicional a ser reportada após o encerramento do exercício.

Atenta à sua missão, a Eletra segue atuando norteada pelos mais elevados patamares de governança e sob o ponto de vista tático, mantendo seu posicionamento estratégico de longo prazo.

David Augusto de Abreu
Presidente

CPF n. 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro

CPF n. 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios

CPF n. 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



David Augusto de Abreu
Presidente
CPF 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro
CPF 302.867.998-12

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios
CPF 067.550.701-49

Wallace Rodrigues Felipe
Contador
CRC/MG-GO: 042420/O
CPF 532.110.496-49

*David Augusto de Abreu
Presidente*

CPF n. 010.618.617-59

*Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor Administrativo Financeiro*

CPF n. 302.867.998-12

*Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Diretor de Benefícios*

CPF n. 067.550.701-49

*Wallace Rodrigues Felipe
Contador*

*CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49*



Ao

Sr. David Augusto de Abreu

Diretor-Presidente da

ELETRA – Fundação de Previdência Privada

Prezado Senhor,

Apresentamos em anexo o Parecer Atuarial sobre o Balancete Mensal de 31.12.2020 do Plano ELETRA 01, CNPB nº 1980.0023-47.

Permanecemos à disposição para qualquer esclarecimento que se faça necessário.

Atenciosamente,

Rodarte Nogueira – consultoria em estatística e atuária
CIBA nº 070


Matheus Lobo Alves Ferreira
Suporte Técnico Atuarial
MIBA/MTE nº 2.879


Cássia Maria Nogueira
Responsável Técnico Atuarial
MIBA/MTE nº 1.049

ELETRA – Fundação de Previdência Privada
Plano ELETRA 01 - CNPB nº 1980.0023-47

Parecer Atuarial sobre o Balancete de 31.12.2020

1. Introdução

Este Parecer Atuarial tem por objetivo apresentar os resultados da Avaliação Atuarial de encerramento do Plano ELETRA 01, doravante Plano, administrado pela ELETRA – Fundação de Previdência Privada.

A Avaliação Atuarial de 2020 foi desenvolvida considerando:

- O Regulamento do Plano;
- As informações cadastrais dos participantes ativos e assistidos na data base de outubro/2020, cuja coerência e consistência dos dados foram consideradas satisfatórias após aplicação de testes julgados necessários. Para apuração das Provisões Matemáticas dezembro/2020 foram consideradas, no cadastro dos assistidos, as movimentações de aposentadorias e pensões concedidas entre outubro e novembro/2020;
- Os demonstrativos contábeis fornecidos pela Fundação;
- Premissas, hipóteses, regimes financeiros e métodos atuariais geralmente aceitos, observando-se a legislação vigente, as características da massa abrangida na avaliação e o regulamento do plano de benefícios avaliado.

O índice utilizado no cálculo do Provisionamento do Reajuste dos Benefícios foi de 1,25% para 12.2020, conforme decisão da Diretoria Executiva da Fundação, informada por e-mail de 05.01.2021.



2. Base de dados

2.1. Qualidade da Base Cadastral

A base cadastral de Participantes e Assistidos encaminhada pela Fundação encontra-se posicionada em 31/10/2020. A referida base de dados foi submetida a testes de consistência e, após ratificações/retificações da Fundação, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes para fins da Avaliação Atuarial, não sendo necessária a elaboração de hipóteses para suprir deficiências da base de dados.

A análise crítica da base cadastral utilizada para a Avaliação Atuarial tem como objetivo a identificação e correção de possíveis inconsistências. Cumpre ressaltar que tal análise possui limitações de escopo, isto é, não é possível afirmar se os dados são exatos e verídicos, cabendo, em qualquer hipótese, à Fundação a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

2.2. Consolidado Estatístico

As estatísticas apresentadas estão posicionadas na data-base do cadastro.

2.2.1. Participantes Aposentados

Tipo de Aposentadoria	Frequência	Suplementação Média	Contribuição Média	Idade Média (em anos)
Tempo de Serviço	61	R\$ 7.268,37	R\$ 255,85	74,34
Especial	7	R\$ 1.850,81	R\$ 65,15	79,37
Idade	5	R\$ 3.275,61	R\$ 115,30	82,40
Invalidez	9	R\$ 1.369,34	R\$ 48,20	72,32
Proporcional	17	R\$ 3.066,00	R\$ 107,92	75,14
Total	99	R\$ 5.425,76	R\$ 190,99	75,06

2.2.2. Pensões

Tipo de Beneficiário	Frequência	Suplementação Média	Idade Média
Pensões	28	R\$ 2.585,22	-
Pensionistas	29	-	68,88
Beneficiários Vitalícios	28	-	70,80
Beneficiários Temporários	1	-	15,17



3. Hipóteses Atuariais

3.1. Hipóteses

Entre as hipóteses econômicas, financeiras, biométricas e demográficas de maior relevância admitidas na avaliação atuarial de 2020, destacam-se as indicadas a seguir:

Item	AA 2019	AA 2020
Taxa real anual de juros ¹	5,39% a.a.	4,96% a.a.
Tábua de Mortalidade Geral	AT 2000 Basic M	AT 2000 Basic M
Tábua de Entrada em Invalidez	-	-
Tábua de Mortalidade de Inválidos	IAPB 57 Forte	IAPB 57 Forte
Hipótese sobre Composição de Famílias de Pensionistas ²	-	-
Hipóteses sobre rotatividade anual	-	-
Hipótese de Entrada em Aposentadoria	-	-
Crescimento real anual esperado dos salários	-	-
Inflação anual futura estimada	3,55% a.a.	3,17% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo	98,29%	98,50%

¹ Adotada no desconto a valor presente.

² Hipótese não utilizada. Os cálculos são realizados considerando a composição familiar real.

3.2. Adequação das Hipóteses

As premissas acima foram determinadas de acordo com a legislação vigente, observando-se os dados estatísticos, bem como as manifestações dos patrocinadores encaminhadas pela Fundação à Rodarte Nogueira.

Consoante o que determinam a Resolução CNPC nº 30/2018 e a Instrução Previc nº 10/2018, bem como as boas práticas atuariais, a Rodarte Nogueira elaborou estudos específicos, a Diretoria Executiva e o Conselho Deliberativo definiram as hipóteses atuariais e o Conselho Fiscal as atestou, por meio dos documentos relacionados a seguir:

3.2.1. Estudos Específicos

- Estudo específico da Taxa de Juros: Relatório RN/ELETRA nº 004/2020, de 09/12/2020;
- Estudo específico das Demais Hipóteses: Relatório RN/ELETRA nº 002/2020, de 24/11/2020.

3.2.2. Documentos de Aprovação

- Diretoria Executiva: 34ª Ata de Reunião (Ordinária) da Diretoria Executiva no exercício de 2020, datada de 11/12/2020;
- Conselho Fiscal: Parecer do Conselho Fiscal no exercício de 2020, datado de 16/12/2020;
- Conselho Deliberativo: 6ª Reunião (Ordinária) do Conselho Deliberativo no exercício de 2020, datada de 18 de dezembro de 2020.



4. Patrimônio Social, Patrimônio de Cobertura do Plano, Provisões e Fundos

As Provisões Matemáticas desse Plano, registradas no Balancete de encerramento do exercício de 2020, foram determinadas a partir dos resultados da Avaliação Atuarial de 31.12.2020, elaborada por esta consultoria, e seus valores correspondem aos indicados no quadro abaixo, que demonstra a composição do Patrimônio Social, do Patrimônio de Cobertura do Plano, das Provisões Matemáticas e dos Fundos do Plano, em 31.12.2020, de acordo com o Plano de Contas previsto na Resolução CNPC nº 29/2018, de 13.04.2018:

		R\$
2.3.	PATRIMÔNIO SOCIAL	72.579.899,24
2.3.1	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	71.778.274,43
2.3.1.1	PROVISÕES MATEMÁTICAS	83.957.056,00
2.3.1.1.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	90.918.170,00
2.3.1.1.01.02.00	BEN. DEF. ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO	90.918.170,00
2.3.1.1.01.02.01	VALOR ATUAL DOS BEN. FUT. PROGR. – ASSISTIDOS	80.475.608,00
2.3.1.1.01.02.02	VALOR ATUAL DOS BEN. FUT. NÃO PROGR. – ASSISTIDOS	10.442.562,00
2.3.1.1.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	-
2.3.1.1.02.02.00	BEN. DEF. ESTRUT. EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO PROGR.	-
2.3.1.1.02.02.01	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS	-
2.3.1.1.02.02.02	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUT. DOS PATROC.	-
2.3.1.1.02.02.03	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUT. DOS PARTIC.	-
2.3.1.1.02.03.00	BEN. DEF. ESTRUT. EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO NÃO PROGR.	-
2.3.1.1.02.03.01	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO PROGRAMADOS	-
2.3.1.1.02.03.02	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUT. DOS PATROC.	-
2.3.1.1.02.03.03	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUT. DOS PARTIC.	-
2.3.1.1.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	(6.961.114,00)
2.3.1.1.03.02.00	(-) DÉFICIT EQUACIONADO	(6.961.114,00)
2.3.1.1.03.02.01	(-) PATROCINADOR(ES)	-
2.3.1.1.03.02.02	(-) PARTICIPANTES	-
2.3.1.1.03.02.03	(-) ASSISTIDOS	(6.961.114,00)
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	(12.178.781,57)
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	(12.178.781,57)
2.3.1.2.01.01.00	(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	(12.178.781,57)
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	-
2.3.2.0.00.00.00	FUNDOS	801.624,81
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	-
2.3.2.2.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	739.195,43
2.3.2.3.00.00.00	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	62.429,38



5. Duração do Passivo e Ajuste de Precificação

A duração do passivo corresponde à média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios de cada plano, líquidos de contribuições incidentes sobre esses benefícios. A duração será calculada com base nos resultados desta Avaliação Atuarial, adotando a metodologia definida pela PREVIC nos normativos pertinentes.

O ajuste de precificação é o valor correspondente à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, sendo este calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos.

Após a apuração do resultado do Plano de Benefícios, nos casos em que o resultado seja superavitário, o valor do ajuste de precificação negativo será deduzido da reserva especial, para fins de cálculo do montante a ser destinado.

Caso o resultado do Plano seja deficitário, o valor do ajuste de precificação, caso seja positivo, será deduzido do resultado deficitário acumulado e, caso negativo, será acrescido a esse mesmo resultado para fins de equacionamento.

A duração do passivo é de aproximadamente 109 meses (9,06 anos), calculada com base nos resultados desta Avaliação Atuarial, adotando a metodologia definida pela Previc.

O ajuste de precificação informado pela Fundação para o Plano em 31.12.2020 é positivo e monta R\$ 3.367.515,05.

6. Resultados Atuariais

6.1. Em relação ao Grupo de Custeio

6.1.1. Evolução dos Custos

Uma vez que o Plano não possui participantes ativos na data-base de cálculo, o custo atuarial é nulo. Contudo, os assistidos contribuem com um percentual incidente sobre os seus benefícios, correspondente a 3,52% destes.



6.1.2. Variação das Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas de benefício concedido, reavaliadas em 31.12.2020 são aproximadamente R\$ 3 milhões superiores àquelas determinadas na avaliação de 2019 e atualizadas por recorrência até 31.12.2020 ¹. Observaram-se nessa avaliação perdas atuariais relevantes na reavaliação dessas provisões, quais sejam a redução na taxa de juros e o aumento do fator de capacidade dos benefícios. As referidas perdas acarretaram aumentos dessas provisões em R\$ 3 milhões e R\$ 0,2 milhões respectivamente.

Por fim, cumpre esclarecer que as provisões matemáticas totais em 31.12.2020 foram reduzidas em aproximadamente R\$ 7 milhões em decorrência do registro da provisão matemática a constituir referente ao Plano de Equacionamento do Déficit da Avaliação Atuarial de 2019.

6.1.3. Principais Riscos Atuariais

Os principais riscos atuariais ao qual o grupo de custeio está exposto são inerentes ao modelo em que está estruturado o Plano, dos quais destacamos possíveis descolamentos das hipóteses atuariais, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Para mitigar este risco é importante observar a aderência das hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial, conforme a legislação vigente, de modo que elas correspondam ao comportamento observado na massa de participantes.

Nesse sentido, salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2020 do Plano, foram aprovadas pela Fundação, sendo subsidiadas pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados à Fundação por meio de Estudos Específicos, identificados no item 3 deste Parecer.

6.1.4. Soluções para Insuficiência de Cobertura

Em 31.12.2020, as provisões matemáticas do Plano não estão totalmente cobertas pelo respectivo patrimônio de cobertura, apurando-se Déficit Técnico Acumulado de R\$ 12.178.781,57, aproximadamente 14,51% dessas provisões.

Tendo apurado resultado deficitário, a Fundação deverá observar os procedimentos previstos pela Resolução CNPC nº 30/2018, em especial o especificado no Título VI.

¹ As provisões matemáticas de benefício concedido são calculadas mensalmente, tendo como base as informações disponibilizadas pela Fundação. Deste modo, a referida atualização já considera, além das concessões de benefício no momento de sua ocorrência, o recebimento de contribuições, pagamento de benefícios, provisionamento de juros e correção monetária entre as datas-base de cálculo. Entre 31.12.2019 e 31.12.2020, as provisões matemáticas de benefício concedido variaram cerca de R\$ 3 milhões em decorrência do crescimento inerente à atualização das provisões matemáticas entre as duas datas-base.



De acordo com o referido normativo, anteriormente a definição sobre a obrigatoriedade de equacionamento de déficit técnico e do dimensionamento do montante mínimo a ser equacionado, deve-se apurar o Equilíbrio Técnico Ajustado, mediante acréscimo ou decréscimo do ajuste da precificação dos títulos públicos classificados na categoria mantidos até o vencimento no valor do Déficit Técnico Acumulado.

Considerando o valor do ajuste de precificação dos títulos federais informado pela Entidade para 31.12.2020 (R\$ 3.367.515,05), o Equilíbrio Técnico Ajustado foi avaliado em R\$ 8.811.266,52:

EQUILÍBRIO TÉCNICO APÓS AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO	
Descrição	Exercício Atual (R\$)
a) Resultado Realizado	(12.178.781,57)
b) Ajuste de Precificação	3.367.515,05
c) Equilíbrio Técnico Ajustado (a + b)	(8.811.266,52)
Em % das Provisões Matemáticas	10,49%

Aplicando-se a formulação descrita no Art. 29 da Resolução CNPC nº 30/2018 para a duração do passivo do Plano, apurada em 9,06 anos nessa avaliação, tem-se como Limite de Déficit Técnico Acumulado em 31.12.2020 o valor de R\$ 4.248.227,03.

$$\text{Limite de Déficit Técnico Acumulado} = [1\% \times (9,06 - 4) \times \text{R\$ } 83.957.056,00] = \text{R\$ } 4.248.227,03$$

Como o Equilíbrio Técnico Ajustado de 31.12.2020 é superior ao limite acima estabelecido, faz-se necessário elaborar e aprovar, em 2021, novo plano de equacionamento do déficit técnico do Plano.

O referido plano de equacionamento deverá contemplar o maior valor entre a diferença entre o Equilíbrio Técnico Ajustado e o Limite de Déficit Técnico Acumulado, e 1% das provisões matemáticas, apurados para 31.12.2020.

MONTANTE MÍNIMO A SER EQUACIONADO	
Descrição	Exercício Atual (R\$)
a) Equilíbrio Técnico Ajustado (ETA)	(8.811.266,52)
b) Limite de Déficit Técnico Acumulado	4.248.227,03
c) Parcela do ETA excedente ao Limite (a + b)	(4.563.039,49)
d) 1% das Provisões Matemáticas (BD)	(839.570,56)
e) Mínimo a ser Equacionado	(4.563.039,49)



6.2. Em relação ao Plano de Benefícios

6.2.1. Regras de Constituição e Reversão dos Fundos Previdenciais

O Plano em questão não possui Fundos Previdenciais em 31.12.2020.

6.2.2. Variação do Resultado

Em que pese o registro da Provisão Matemática a Constituir referente ao Plano de Equacionamento do Déficit da Avaliação Atuarial de 2019 do Plano, a situação econômico-financeira deste se agravou em 2020. O Déficit técnico acumulado em 31.12.2019, no valor de R\$ 8.278.828,83, equivalente a aproximadamente 9,75% das Provisões Matemáticas da época aumentou, passando a R\$ 12.178.781,57 em 31.12.2020, aproximadamente 14,51% das respectivas Provisões Matemáticas totais.

6.2.3. Natureza do Resultado

Na Avaliação Atuarial de 2020, o Plano apresentou déficit técnico, cuja natureza perpassa, além da rentabilidade patrimonial, pela sua modelagem, grau de maturidade, alterações de hipóteses e oscilações estatísticas em torno destas.

6.2.4. Soluções para Equacionamento de Déficit

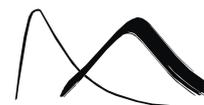
Conforme citado anteriormente, tendo apurado resultado deficitário, a Fundação deverá observar os procedimentos previstos pela Resolução CNPC nº 30/2018, em especial o especificado no Título VI.

Assim, considerando o valor do ajuste de precificação dos títulos federais informado pela Entidade para 31.12.2020 (R\$ 3.367.515,05), o Equilíbrio Técnico Ajustado de 31.12.2020, para fins de equacionamento do Plano, foi avaliado em R\$ 8.811.266,52. Como o Equilíbrio Técnico Ajustado é superior ao limite apurado conforme formulação descrita no Art. 29 da Resolução CNPC nº 30/2018 (R\$ 4.248.227,03), faz-se necessário elaborar e aprovar, em 2021, plano de equacionamento do déficit técnico do Plano em questão que deverá contemplar, no mínimo, o montante correspondente a R\$ 4.563.039,49.

6.2.5. Adequação dos Métodos de Financiamento

O Regime Financeiro e o Método de Financiamento não foram alterados, uma vez que estes estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria. Dessa forma, optou-se por manter o Regime de Capitalização conjugado com o Método Idade de Entrada Normal para financiamento de todos os benefícios e Institutos do Plano, excetuando-se os benefícios de Auxílio-Doença e Pecúlio Especial, financiados pelo regime de Repartição Simples.

Cabe ressaltar que não há mais participantes ativos no Plano, e que o Pecúlio Especial foi um benefício transitório, não sendo mais aplicável ao Plano, uma vez que não há Participantes elegíveis a este, além do que, também, não há participantes inscritos no Plano na data base de cálculo, sendo que ele está fechado para novas adesões.



6.2.6. Outros Fatos Relevantes

- No encerramento de 2019 o resultado do Plano indicava a necessidade de elaboração de Plano de Equacionamento de Déficit Técnico, em razão de o Equilíbrio Técnico Ajustado ter superado o limite determinado pelo Art. 29 da Resolução CNPC nº 30/2018. Portanto, em 31.12.2020 foram registradas as Provisões Matemáticas a Constituir relativas ao Plano de Equacionamento, as quais representam cerca de 7,7% das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos.
- Para fins da Avaliação Atuarial de 31.12.2020, os valores relativos a patrimônio, ativos de investimentos, fundos de investimento e administrativo, e exigíveis do Plano foram informados pela Fundação, por meio do Balancete Contábil do mesmo período, sendo os dimensionamentos de inteira e exclusiva responsabilidade da Fundação;
- O Plano registra no seu Exigível Contingencial a Provisão de R\$ 798.614,09, referente a ações movidas por participantes contra o Plano, equivalente a 0,95% das Provisões Matemáticas.
- Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial Anual de 2020, comparativamente às adotadas para o exercício de 2019, destacam-se as seguintes alterações:
 - Taxa de juros: de **5,39% a.a.** para **4,96% a.a.**;
 - Fator de Capacidade: **98,29%** para **98,50%**.

7. Plano de Custeio

Registra-se, a seguir, o Plano de Custeio adotado no dimensionamento do fluxo contributivo futuro, para avaliação inicial da situação econômico-financeira do Plano, que prevê o recolhimento, pelos assistidos de contribuições normais e extraordinárias.

O Plano de Custeio apresentado tem vigência a partir de abril/2021 até março/2022.

7.1. Custeio dos Assistidos

7.1.1. Custeio Normal - sem alteração em relação a 2020

Custeio Normal dos Assistidos		Taxa Aplicada Plano de Custeio Vigente (a partir de abril/20)
Aposentados	Percentual incidente sobre o Benefício Complementar	3,52%
Pensionistas	Percentual incidente sobre o Benefício Complementar	3,52%



7.1.2. Custeio Extraordinário

No encerramento de 2019 o resultado do Plano indicava a necessidade de elaboração de Plano de Equacionamento de Déficit Técnico, em razão de o *Equilíbrio Técnico Ajustado* ter superado o limite determinado pelo Art. 29 da Resolução CNPC nº 30/2018.

Portanto, nessa avaliação, foi previsto o recolhimento das contribuições extraordinárias mensais estabelecidas no Plano de Equacionamento do Déficit de 2019, sintetizado no Relatório Técnico RN/ELETRA nº 001A/2020, de 31.08.2020, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Fundação para vigorar a partir de abril/2021 até março/2034.

Cabe ressaltar que não há incidência de carregamento sobre o recolhimento total contributivo extraordinário mensal.

Assim, registra-se, a seguir, o Plano de Custeio adotado no dimensionamento do fluxo contributivo futuro, para avaliação inicial da situação econômico-financeira do Plano, que prevê o recolhimento, pelos assistidos, de contribuições extraordinárias mensais, na forma estabelecida do Plano de Equacionamento do Déficit de 2019, aprovado em 2020.

7.1.2.1. Participantes Assistidos

Para integralização da parcela de cobertura do déficit técnico de 31.12.2019, todos os assistidos deverão contribuir mensalmente, até março/2034, com importância equivalente a **9,9731%** do valor do Benefício.

7.2. Plano de Custeio Administrativo

Para o custeio das despesas administrativas da Fundação é destinado o percentual de 15%, incidente sobre as contribuições dos Aposentados e Pensionistas.

O Plano de Equacionamento do Déficit de 2019 não prevê cobrança, sobre a Contribuição Extraordinária, de parcela destinada ao custeio administrativo.

Por fim, segundo o Art. 6º da Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009, registra-se que o limite anual de recursos destinados à gestão administrativa do Plano, administrado pela ELETRA, sujeita à Lei Complementar nº 108, de 29/05/2001, será de 1% do montante dos recursos garantidores do plano no último dia útil do exercício de 2020.



O Plano tem patrimônio independente e não é solidário com nenhum outro plano administrado pela Fundação.

Este é o parecer.

Belo Horizonte, 15 de fevereiro de 2021.

Rodarte Nogueira - consultoria em estatística e atuária
CIBA n° 070



Cássia Maria Nogueira

Responsável Técnico Atuarial
MIBA/MTE n° 1.049





Ao

Sr. David Augusto de Abreu

Diretor-Presidente da

ELETRA – Fundação de Previdência Privada

Prezado Senhor,

Apresentamos em anexo o Parecer Atuarial sobre o Balancete Mensal de 31.12.2020 do Plano CELGPrev, CNPB nº 2000.0069-65.

Permanecemos à disposição para qualquer esclarecimento que se faça necessário.

Atenciosamente,

Rodarte Nogueira – consultoria em estatística e atuária
CIBA nº 070


Matheus Lobo Alves Ferreira
Suporte Técnico Atuarial
MIBA/MTE nº 2.879


Cássia Maria Nogueira
Responsável Técnico Atuarial
MIBA/MTE nº 1.049

ELETRA – Fundação de Previdência Privada
Plano CELGPrev - CNPB nº 2000.0069-65

Parecer Atuarial sobre o Balancete de 31.12.2020

1. Introdução

Este Parecer Atuarial tem por objetivo apresentar os resultados da Avaliação Atuarial de encerramento do Plano CELGPrev, doravante Plano, administrado pela ELETRA - Fundação de Previdência Privada.

A Avaliação Atuarial de 2020 foi desenvolvida considerando:

- O Regulamento do Plano;
- As informações cadastrais dos participantes ativos e assistidos na data base de outubro/2020, cuja coerência e consistência dos dados foram consideradas satisfatórias após aplicação de testes julgados necessários. Para apuração das Provisões Matemáticas dezembro/2020 foram consideradas, tanto no cadastro dos ativos quanto dos assistidos, as movimentações de aposentadorias e pensões concedidas novembro/2020;
- Os demonstrativos contábeis fornecidos pela Fundação;
- Premissas, hipóteses, regimes financeiros e métodos atuariais geralmente aceitos, observando-se a legislação vigente, as características da massa abrangida na avaliação e o regulamento do plano de benefícios avaliado.

O INPC estimado e utilizado no cálculo foi de 1,25% para 12.2020, conforme decisão da Diretoria Executiva da Fundação, informada por e-mail de 05.01.2021.

A *Provisão Matemática a Constituir* registra o valor atual das Contribuições Extraordinárias de Joia, devidas exclusivamente pelos Participantes e Participantes Autopatrocínados, pelo prazo previsto quando de sua instituição.

2. Base de dados

2.1. Qualidade da Base Cadastral

A base cadastral de Participantes e Assistidos encaminhada pela Fundação encontra-se posicionada em 31.10.2020. A referida base de dados foi submetida a testes de consistência e, após ratificações/retificações da Fundação, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes para fins da Avaliação Atuarial, não sendo necessária a elaboração de hipóteses para suprir deficiências da base de dados.



A análise crítica da base cadastral utilizada para a Avaliação Atuarial tem como objetivo a identificação e correção de possíveis inconsistências. Cumpre ressaltar que tal análise possui limitações de escopo, isto é, não é possível afirmar se os dados são exatos e verídicos, cabendo, em qualquer hipótese, à Entidade a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

2.2. Consolidado Estatístico

As estatísticas apresentadas estão posicionadas na data-base do cadastro.

2.2.1. Participantes Ativos e Autopatrocinados (optantes pelo Risco)

Descrição	Masculino	Feminino	Total	
Frequência	793	171	964	
Idade Média (em anos)	Inscrição	30,40	30,75	30,46
	Atual	42,36	40,08	41,96
	Aposentadoria	53,49	53,26	53,45
Tempo de Empresa Médio (em anos)	13,19	11,26	12,84	
Tempo de Contribuição Médio (em anos)	11,91	9,29	11,45	
Salário de Participação Médio	R\$ 9.338,26	R\$ 8.157,00	R\$ 9.128,72	

2.2.2. Participantes Aposentados

Tipo de Aposentadoria	Frequência	Suplementação Média	Idade Média (em anos)
Tempo de Serviço	260	R\$ 4.010,19	75,44
Especial	71	R\$ 3.150,98	79,96
Idade	25	R\$ 2.074,85	81,23
Invalidez	150	R\$ 1.750,31	69,50
Não Concedidas pelo INSS	203	R\$ 3.760,47	62,25
Proporcional (Antecipada)	83	R\$ 2.619,80	78,02
Total	792	R\$ 3.234,35	71,79

2.2.3. Pensões

Tipo de Beneficiário	Frequência	Suplementação Média	Idade Média
Pensões	376	R\$ 2.140,66	-
Pensionistas	418	-	66,69
Beneficiários Vitalícios	390	-	70,32
Beneficiários Temporários	28	-	16,18



3. Hipóteses Atuariais

3.1. Hipóteses

Entre as hipóteses econômicas, financeiras, biométricas e demográficas de maior relevância admitidas na avaliação atuarial de 2020, destacam-se as indicadas a seguir:

Item	AA 2019	AA 2020
Taxa real anual de juros ¹	5,44% a.a.	5,07% a.a.
Tábua de Mortalidade Geral	AT 2000 M (Basic Suavizada em 10%)	AT 2000 M (Basic Suavizada em 10%)
Tábua de Entrada em Invalidez	TASA 1927 D50%	TASA 1927 D50%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI 85 M&F	MI 85 M&F
Hipótese sobre Composição de Famílias de Pensionistas	Ativos: Composição Familiar Padrão ² Assistidos: Família Real	Ativos: Composição Familiar Padrão ² Assistidos: Família Real
Hipóteses sobre rotatividade anual	3% a.a.	3% a.a.
Hipótese de Entrada em Aposentadoria	Não Utilizada	Não Utilizada
Crescimento real anual esperado dos salários	1,93% a.a.	1,32% a.a.
Inflação anual futura estimada	3,55% a.a.	3,17% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo	98,29%	98,50%

¹ Adotada no desconto a valor presente.

² Considera-se que 70% dos participantes possuem dependentes, a diferença de idade entre os cônjuges é de 7 anos e a maioria do temporário mais novo é alcançada quando o participante atinge 66 anos.

3.2. Adequação das Hipóteses

As premissas acima foram determinadas de acordo com a legislação vigente, observando-se os dados estatísticos bem como as manifestações dos patrocinadores encaminhadas pela Fundação à Rodarte Nogueira.

Consoante o que determinam a Resolução CNPC nº 30/2018 e a Instrução PREVIC nº 10/2018, bem como as boas práticas atuariais, a Rodarte Nogueira elaborou estudos específicos, a Diretoria Executiva e o Conselho Deliberativo definiram as hipóteses atuariais; e o Conselho Fiscal as atestou, por meio dos documentos relacionados a seguir:

3.2.1. Estudos Específicos

- Estudo específico da Taxa de Juros: Relatório RN/ELETRA nº 003/2020, de 09/12/2020;
- Estudo específico das Demais Hipóteses: Relatório RN/ELETRA nº 002/2020, de 24/11/2020.

3.2.2. Documentos de Aprovação

- Diretoria Executiva: 34ª Ata de Reunião (Ordinária) da Diretoria Executiva no exercício de 2020, datada de 11/12/2020;
- Conselho Fiscal: Parecer do Conselho Fiscal no exercício de 2020, datado de 16/12/2020;
- Conselho Deliberativo: 6ª Reunião (Ordinária) do Conselho Deliberativo no exercício de 2020, datada de 18 de dezembro de 2020.



4. Patrimônio Social, Patrimônio de Cobertura do Plano, Provisões e Fundos

As Provisões Matemáticas de Benefício Definido desse plano, registradas no Balancete de encerramento do exercício de 2020, foram determinadas a partir dos resultados da Avaliação Atuarial de 2020, elaborada por esta consultoria.

Já as Provisões Matemáticas de Contribuição Definida, estas são constituídas por meio dos Saldos de Contas, devidamente atualizados, cuja determinação é de inteira responsabilidade da ELETRA.

O quadro abaixo demonstra a composição do Patrimônio Social, do Patrimônio de Cobertura do Plano, das Provisões Matemáticas e dos Fundos do Plano, em 31.12.2020, de acordo com o Plano de Contas previsto na Resolução CNPC nº 29/2018, de 13.04.2018:

		R\$
2.3.	PATRIMÔNIO SOCIAL	675.300.274,97
2.3.1	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	629.494.325,37
2.3.1.1	PROVISÕES MATEMÁTICAS	680.273.941,26
2.3.1.1.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	495.871.931,00
2.3.1.1.01.02.00	BEN. DEF. ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO	495.871.931,00
2.3.1.1.01.02.01	VALOR ATUAL DOS BEN. FUT. PROGR. – ASSISTIDOS	349.544.373,00
2.3.1.1.01.02.02	VALOR ATUAL DOS BEN. FUT. NÃO PROGR. – ASSISTIDOS	146.327.558,00
2.3.1.1.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	184.408.271,26
2.3.1.1.02.01.00	CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	183.650.946,26
2.3.1.1.02.01.01	SALDO DE CONTAS – PARCELA PATROCINADOR(ES) / INSTITUIDOR(ES)	91.675.947,95
2.3.1.1.02.01.02	SALDO DE CONTAS – PARCELA PARTICIPANTES	91.974.998,31
2.3.1.1.02.02.00	BEN. DEF. ESTRUT. EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO PROGR.	-
2.3.1.1.02.02.01	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS	-
2.3.1.1.02.02.02	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUT. DOS PATROC.	-
2.3.1.1.02.02.03	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUT. DOS PARTIC.	-
2.3.1.1.02.03.00	BEN. DEF. ESTRUT. EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO NÃO PROGR.	757.325,00
2.3.1.1.02.03.01	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO PROGRAMADOS	3.912.695,00
2.3.1.1.02.03.02	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUT. DOS PATROC.	(1.577.685,00)
2.3.1.1.02.03.03	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUT. DOS PARTIC.	(1.577.685,00)
2.3.1.1.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	(6.261,00)
2.3.1.1.03.01.00	(-) SERVIÇO PASSADO	(6.261,00)
2.3.1.1.03.01.02	(-) PARTICIPANTES	(6.261,00)
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	(50.779.615,89)
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	(50.779.615,89)
2.3.1.2.01.01.00	(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	(50.779.615,89)
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	-
2.3.2.0.00.00.00	FUNDOS	45.805.949,60
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	37.157.826,34
2.3.2.1.01.00.00	REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	37.157.826,34
2.3.2.2.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	7.753.072,34
2.3.2.3.00.00.00	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	895.050,92



5. Duração do Passivo e Ajuste de Precificação

A duração do passivo corresponde à média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios de cada plano, líquidos de contribuições incidentes sobre esses benefícios. A duração será calculada com base nos resultados desta Avaliação Atuarial, adotando a metodologia definida pela PREVIC nos normativos pertinentes.

O ajuste de precificação é o valor correspondente à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, sendo este calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos.

Após a apuração do resultado do Plano de Benefícios, nos casos em que o resultado seja superavitário, o valor do ajuste de precificação negativo será deduzido da reserva especial, para fins de cálculo do montante a ser destinado.

Caso o resultado do Plano seja deficitário, o valor do ajuste de precificação, caso seja positivo, será deduzido do resultado deficitário acumulado e, caso negativo, será acrescido a esse mesmo resultado para fins de equacionamento.

A duração do passivo é de aproximadamente 108 meses (8,96 anos), calculada com base nos resultados desta Avaliação Atuarial, adotando a metodologia definida pela Previc.

O ajuste de precificação informado pela Fundação para o Plano em 31.12.2020 é positivo e monta R\$ 12.944.144,55.

6. Resultados Atuariais

6.1. Em relação ao Grupo de Custeio

6.1.1. Evolução dos Custos

Os custos atuariais relativos aos benefícios de risco assegurados pelo Plano foram reavaliados atuarialmente na data desta Avaliação, considerando o excesso do encargo atuarial em relação aos saldos de conta projetado, sendo os benefícios programados apurados com base nas contribuições normais vertidas, auferindo-se no total o custo médio de 16,66%.

A tabela a seguir registra as contribuições normais previstas para serem pagas em 2021, ora expressas em valores monetários, ora em 16,66% da respectiva folha de salário de participação.

Especificação	Participantes	% Folha Ativo	Assistidos	%Folha Assist.	Patrocinador	%Folha Ativo	Total
Custo Total							19.103.350,64
Contrib. Previdenciárias	9.551.675,32	8,33%	-	-	9.551.675,32	8,33%	19.103.350,64
Normais	9.551.675,32	8,33%	-	-	9.551.675,32	8,33%	19.103.350,64
Extraordinárias	-	-	-	-	-	-	-



O custo normal médio do Plano em 31.12.2020 estava mensurado em 16,66% da Folha de salário de participação, apurado de acordo com os Regimes Financeiros e os Métodos de Financiamento adotados para todos os benefícios assegurados pelo Plano.

Comparativamente ao exercício anterior, houve uma pequena variação do custo do Plano, o qual registrou alíquota de 16,48% em 31.12.2019. Adicionalmente, cumpre registrar que não houve alteração no Custo Atuarial para financiamento dos benefícios de risco.

6.1.2. Variação das Provisões Matemáticas

O Plano está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, possuindo, em 31.12.2020, provisões matemáticas constituídas em Contribuição Definida e em Benefício Definido.

Na parcela de Contribuição Definida, as provisões matemáticas são identificáveis aos saldos de conta, mantidos atualizados pela rentabilidade do plano, portanto, para as provisões matemáticas constituídas nesta modalidade, não houve variação.

Quanto à parcela constituída na modalidade de Benefício Definido, as provisões matemáticas de benefícios concedidos e a conceder reavaliadas em 31.12.2020 são aproximadamente R\$ 16 milhões superiores àquelas determinadas na avaliação de 2019 e atualizadas por recorrência até 31.12.2020¹.

Observaram-se nessa avaliação, perdas atuariais relevantes na reavaliação das provisões matemáticas estruturadas na modalidade Benefício Definido do Plano, quais sejam o aumento do fator de capacidade e a redução na taxa de juros. As referidas perdas acarretaram aumentos dessas provisões em R\$ 1 milhão e R\$ 15 milhões, respectivamente.

A alteração da hipótese de crescimento real dos salários não apresentou impactos significativos nas provisões matemáticas de Benefício Definido do Plano.

Cabe destacar que 99,59% do Passivo Atuarial de Benefícios a Conceder são provenientes dos Saldos de Conta formados pelas contribuições dos Participantes e Patrocinadores, cujas informações são de inteira responsabilidade da Fundação.

¹ As provisões matemáticas de benefício concedido são calculadas mensalmente, tendo como base as informações disponibilizadas pela Fundação. Deste modo, a referida atualização já considera, além das concessões de benefício no momento de sua ocorrência, o recebimento de contribuições, pagamento de benefícios, provisionamento de juros e correção monetária entre as datas-base de cálculo. Entre 31.12.2019 e 31.12.2020, as provisões matemáticas de benefício concedido e a conceder variaram cerca de R\$ 4 milhões em decorrência do crescimento inerente à atualização das provisões matemáticas e evolução dos saldos de conta entre as duas datas-base.



6.1.3. Principais Riscos Atuariais

Quanto às provisões matemáticas constituídas na modalidade de Contribuição Definida, não há riscos atuariais envolvidos, mas tão somente riscos financeiros.

Já em relação às parcelas de benefício definido, dentre os principais riscos atuariais, destacam-se possíveis descolamentos das hipóteses econômicas, financeiras, biométricas e demográficas, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Para mitigar este risco é importante observar a aderência das hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial, conforme a legislação vigente, de modo que elas correspondam ao comportamento observado na massa de participantes.

Nesse sentido, salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2020 do Plano, foram aprovadas pela Fundação, sendo subsidiadas pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados à Fundação por meio de Estudos Específicos, identificados no item 3 deste Parecer.

6.1.4. Soluções para Insuficiência de Cobertura

Em 31.12.2020, as provisões matemáticas do Plano não estão totalmente cobertas pelo respectivo patrimônio de cobertura, apurando-se Déficit Técnico Acumulado de R\$ 50.779.615,89, aproximadamente 10,22% das provisões estruturadas em Benefício Definido.

Tendo apurado resultado deficitário, a Fundação deverá observar os procedimentos previstos pela Resolução CNPC nº 30/2018, em especial o especificado no Título VI.

De acordo com o referido normativo, anteriormente a definição sobre a obrigatoriedade de equacionamento de déficit técnico e do dimensionamento do montante mínimo a ser equacionado, deve-se apurar o Equilíbrio Técnico Ajustado, mediante acréscimo ou decréscimo do ajuste da precificação dos títulos públicos classificados na categoria mantidos até o vencimento no valor do Déficit Técnico Acumulado.

Considerando o valor do ajuste de precificação dos títulos federais informado pela Entidade para 31.12.2020 (R\$ 12.944.144,55), o Equilíbrio Técnico Ajustado foi avaliado em R\$ 37.835.471,34:

EQUILÍBRIO TÉCNICO APÓS AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO	
Descrição	Exercício Atual (R\$)
a) Resultado Realizado	(50.779.615,89)
b) Ajuste de Precificação	12.944.144,55
c) Equilíbrio Técnico Ajustado (a + b)	(37.835.471,34)
Em % das Provisões Matemáticas (BD)	7,62%



Aplicando-se a formulação descrita no Art. 29 da Resolução CNPC nº 30/2018 para a duração do passivo do Plano, apurada em 8,96 anos nessa avaliação, tem-se como Limite de Déficit Técnico Acumulado em 31.12.2020 o valor de R\$ 24.632.500,55.

$$\text{Limite de Déficit Técnico Acumulado} = [1\% \times (8,96 - 4) \times R\$ 496.622.995,00] = R\$ 24.632.500,55$$

Como o Equilíbrio Técnico Ajustado de 31.12.2020 é superior ao limite acima estabelecido, faz-se necessário elaborar e aprovar, em 2021, plano de equacionamento do déficit técnico do Plano.

O referido plano de equacionamento deverá contemplar o maior valor entre a diferença entre o Equilíbrio Técnico Ajustado e o Limite de Déficit Técnico Acumulado, e 1% das provisões matemáticas, apurados para 31.12.2020.

MONTANTE MÍNIMO A SER EQUACIONADO

Descrição	Exercício Atual (R\$)
a) Equilíbrio Técnico Ajustado (ETA)	(37.835.471,34)
b) Limite de Déficit Técnico Acumulado	24.632.500,55
c) ETA – Limite (a + b)	(13.202.970,79)
d) 1% das Provisões Matemáticas (BD)	(4.966.229,95)
e) Mínimo a ser Equacionado	(13.202.970,79)

6.2. Em relação ao Plano de Benefícios

6.2.1. Regras de Constituição e Reversão dos Fundos Previdenciais

O Fundo Coletivo de Desligamento encontra-se registrado na Conta Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar, conforme Plano de Contas, e é constituído pelas transferências de 50% dos Saldos referentes às contribuições vertidas pelos Patrocinadores, existentes em conta única do Fundo Patrocinado, nas hipóteses em que os Participantes tiveram suas cotas prescritas ou que tiveram efetuado Resgate de Contribuições ou Portabilidade, sendo atualizado pela rentabilidade da Cota do Plano, cuja destinação dos recursos será definida pelo órgão deliberativo da ELETRA, embasada em Parecer Atuarial, na forma de dispositivos regulamentares e Nota Técnica Atuarial.

No encerramento do exercício de 2020, o referido Fundo monta R\$ 37.157.826,34.

6.2.2. Variação do Resultado

Em relação à parcela constituída na modalidade de Contribuição Definida, não houve variação do resultado, visto que todos os ganhos ou perdas são repassados para saldo de conta dos participantes, que são mantidos atualizados pela variação da cota patrimonial.



Influenciada pelas perdas atuariais apresentadas no item 6.1.2, a situação econômico-financeira do Plano se agravou em 2020. O Déficit técnico acumulado em 31.12.2019, no valor de R\$ 19.611.673,95, equivalente a aproximadamente 3,97% das provisões matemáticas estruturadas na modalidade Benefício Definido da época apresentou um aumento expressivo, passando a R\$ 50.779.615,89 em 31.12.2020, aproximadamente 10,22% das Provisões Matemáticas estruturadas em Benefício Definido.

6.2.3. Natureza do Resultado

Na Avaliação Atuarial de 2020, o Plano apresentou déficit técnico, cuja natureza perpassa, além da rentabilidade patrimonial, pela sua modelagem, grau de maturidade, alterações de hipóteses e oscilações estatísticas em torno destas.

6.2.4. Soluções para Equacionamento de Déficit

Conforme citado anteriormente, tendo apurado resultado deficitário, a Entidade deverá observar os procedimentos previstos pela Resolução CNPC nº 30/2018, em especial o especificado no Título VI.

Assim, considerando o valor do ajuste de precificação dos títulos federais informado pela Entidade para 31.12.2020 (R\$ 12.944.144,55), o Equilíbrio Técnico Ajustado de 31.12.2020, para fins de equacionamento do Plano, foi avaliado em R\$ 37.835.471,34. Como o Equilíbrio Técnico Ajustado é superior ao limite apurado conforme formulação descrita no Art. 29 da Resolução CNPC nº 30/2018 (R\$ 24.632.500,55), faz-se necessário elaborar e aprovar, em 2021, plano de equacionamento do déficit técnico do Plano em questão que deverá contemplar, no mínimo, o montante correspondente a R\$ 13.202.970,79.

6.2.5. Adequação dos Métodos de Financiamento

O Regime Financeiro e o Método de Financiamento não foram alterados, uma vez que estes estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria. Dessa forma, optou-se por manter o Regime de Capitalização conjugado com o Método Idade de Entrada Normal para financiamento de todos os benefícios e Institutos do Plano estruturados na modalidade Benefício Definido.

6.2.6. Outros Fatos Relevantes

- Para fins da Avaliação Atuarial de 31.12.2020, os valores relativos a patrimônio, ativos de investimentos, fundos de investimento e administrativo, e exigíveis do Plano foram informados pela Fundação, por meio do Balancete Contábil do mesmo período, sendo os dimensionamentos de inteira e exclusiva responsabilidade da Fundação;
- O Plano registra, no seu Exigível Contingencial, a provisão de R\$ 7.202.096,92, referente a ações movidas por participantes contra o Plano, equivalente a 1,06% das Provisões Matemáticas.



- Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial Anual de 2020, comparativamente às adotadas para o exercício de 2019, destacam-se as seguintes alterações:
 - Crescimento real anual esperado dos salários: **1,93% a.a.** para **1,32% a.a.**;
 - Fator de Capacidade dos Benefícios: **97,29%** para **98,50%**;
 - Taxa de Juros: **5,44% a.a.** para **5,07% a.a.**

7. Plano de Custeio

Registra-se, a seguir, o Plano de Custeio adotado no dimensionamento do fluxo contributivo futuro, para avaliação inicial da situação econômico-financeira do Plano, que prevê o recolhimento, pelos participantes, assistidos e patrocinador, de contribuições normais.

O Plano de Custeio apresentado tem vigência a partir de abril/2021 até março/2022.

7.1. Custeio dos Participantes Ativos, Autopatrocínados e Optantes

7.1.1. Custeio Normal

As contribuições normais dos Participantes Ativos, Autopatrocínados e Optantes se dão conforme a tabela abaixo:

Custeio Normal dos Participantes (Benefícios Programados)		Taxa Aplicada
Participantes	O Participante Ativo efetuará Contribuição mensal resultante da aplicação sobre o seu Salário Real de Contribuição de um percentual inteiro, determinado a seu critério.	De 2,00% até 20,00%
Participantes Autopatrocínados		Idêntica a dos Participantes, adicionada daquela em nome da Patrocinadora.
Participantes Optantes		0,00%

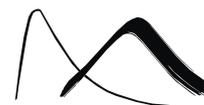
As **Contribuições Facultativas** dos Participantes Ativos, Autopatrocínados e Optantes, são realizadas na forma de aporte de recursos ou percentual de livre escolha, incidente sobre o seu Salário Real de Contribuição, sem contrapartida do Patrocinador.

As Contribuições dos Participantes Ativos e Autopatrocínados para custeio dos **Benefícios de Risco** correspondem a 0,28% de seu respectivo Salário Real de Contribuição.

7.2. Custeio dos Patrocinadores

7.2.1. Custeio Normal

Custeio Normal	Taxa Aplicada
Patrocinador	A Patrocinadora efetuará Contribuição Normal mensal equivalente a 100% (cem por cento) da Contribuição efetuada pelo Participante Ativo.



As Contribuições do Patrocinador destinadas a incentivar a migração foram especialmente elaboradas para estimular o processo de migração de Participantes de outros Planos administrados pela Fundação para o CELGPrev. Não estão previstas Contribuições para incentivar a migração.

As Contribuições dos Patrocinadores para custeio dos **Benefícios de Risco** são paritárias às Contribuições vertidas pelos Participantes Ativos correspondentes a 0,28% de seu respectivo Salário Real de Contribuição.

7.3. Custeio dos Assistidos

Não Aplicável.

7.4. Plano de Custeio Administrativo²

Para a cobertura das despesas administrativas do Plano, são previstas Contribuições de Participantes Ativos, Assistidos, Autopatrocinados e Optantes, equivalentes à aplicação do percentual de 0,96% de seu Salário Real de Contribuição ou Benefício.

As Contribuições para o Custeio Administrativo de responsabilidade dos Patrocinadores são paritárias as Contribuições dos Participantes Ativos.

Por fim, segundo o Art. 6º da Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009, registra-se que o limite anual de recursos destinados à gestão administrativa do Plano, administrado pela ELETRA, sujeita à Lei Complementar nº 108, de 29/05/2001, será de 1% do montante dos recursos garantidores do plano no último dia útil do exercício de 2020.

O Plano tem patrimônio independente e não é solidário com nenhum outro plano administrado pela Fundação.

Este é o parecer.

Belo Horizonte, 15 de fevereiro de 2021.

Rodarte Nogueira - consultoria em estatística e atuária

CIBA nº 070



Cássia Maria Nogueira

Responsável Técnico Atuarial

MIBA/MTE nº 1.049

² Informações de responsabilidade ELETRA.





PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO DE 2020

O Conselho Deliberativo da ELETRA - Fundação de Previdência Privada, em consonância com o artigo 18, inciso XII, do Estatuto da Entidade e, em atendimento às Normas Gerais, artigo 17, letra “k”, da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC n. 29, de 13 de abril de 2018, com base na análise efetuada nas Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31/12/2020, com a correção nas despesas do PGA do Celgprev, compostas do Balanço Patrimonial (Consolidado), da Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (Consolidada) – DMPS, da Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada) – DPGA, da Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - DMAL, da Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL, Demonstração das Provisões Técnicas dos Planos de Benefícios – DPTP, da Demonstração do Plano de Gestão Administrativa por Plano de Benefícios – DPGA, das respectivas Notas Explicativas e do Parecer favorável emitido pelo Auditor Independente Russell Bedford Brasil Auditores Independentes S.S., e ainda, pelo Conselho Fiscal, datado de 27 de agosto de 2021, manifesta, expressamente, a aprovação unânime das Demonstrações Contábeis do exercício de 2020, sem ressalvas e para os devidos efeitos legais.

Goiânia, 14 de setembro de 2021.

Leandro Oliveira Cordeiro
CPF n. 095.185.617-02

Gerson Elias Rosa da Silva
CPF n. 303.454.918-07

Eduardo José dos Santos
CPF n. 767.706.561-91

João de Oliveira Júnior
CPF n. 239.702.276-15

José Carlos Zoccoli
CPF n. 212.496.526-34

Luís Carlos Salles Cota
CPF n. 112.748.788-45



PARECER DO CONSELHO FISCAL
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO DE 2020

O Conselho Fiscal da ELETRA - Fundação de Previdência Privada, em consonância com o artigo 42, inciso II, do Estatuto da Fundação e em atendimento às Normas Gerais, artigo 17, letra “j”, da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC n. 29, de 13 de abril de 2018, com base na análise efetuada nas Demonstrações Contábeis ajustadas, relativas ao exercício encerrado em 31/12/2020, com a correção nas despesas do PGA do Celgprev, compostas do Balanço Patrimonial (Consolidado), da Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (Consolidada) – DMPS, da Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada) – DPGA, da Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - DMAL, da Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL, Demonstração das Provisões Técnicas dos Planos de Benefícios – DPTP, da Demonstração do Plano de Gestão Administrativa por Plano de Benefícios – DPGA, das respectivas Notas Explicativas e do Parecer favorável e sem ressalva, emitido pelo Auditor Independente Russell Bedford Brasil Auditores Independentes S.S., manifesta, expressamente, a recomendação unânime, ao Conselho Deliberativo, de aprovação das Demonstrações Contábeis ajustadas do exercício de 2020, sem ressalvas e para os devidos efeitos legais.

Goiânia, 27 de agosto de 2021.

Roosevelt dos Santos Cantanhede Júnior
CPF nº 090.092.387-33

Ednilson Alves da Silva
CPF nº 004.266.611-25

Cássio Pereira Vieira
CPF nº 035.920.051-62

Antônio Jesus Galdiano Júnior
CPF nº 339.727.818-06